



**ISPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

Análise qualitativa da experiência de residir  
numa casa de abrigo  
para mulheres que sofreram violência conjugal

**DANIEL COTRIM**

Orientador de Dissertação:

Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas

Coordenador de Seminário de Dissertação:

Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

**MESTRE EM PSICOLOGIA**  
**ESPECIALIDADE EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**2014**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de  
Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas  
apresentada no ISPA – Instituto Universitário  
para obtenção de grau de Mestre na especialidade de  
Clínica.

## Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Ornelas, pelo apoio e pelo conhecimento prestados. E por sem saber me ter dado esperança que conseguiria dobrar o Cabo das minhas Tormentas.

Às minhas colegas de Mestrado que me fizeram sentir outra vez que é bom aprender e que sabemos sempre tão pouco.

À Maria João, por estares sempre aqui e teres acreditado em mim. Mesmo nos dias em que eu não acreditava. Sem ti nunca escreveria esta página.

À Carolina e ao Tomás, desculpem se fui chato. Agora prometo brincar muito mais.

Aos meus pais, ao meu irmão e à Maria da Luz. Só posso dizer: obrigado. Do fundo.

À Equipa Técnica da Casa de Abrigo, obrigado mais uma vez. Gosto de trabalhar convosco.

À APAV e aos meus colegas, pela motivação e pelo apoio.

Às participantes neste estudo um agradecimento muito grande, por terem tido a generosidade de colaborar, sem receios. Em liberdade.

## Resumo

Este estudo apresenta uma análise qualitativa das experiências de residir numa casa de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal. Aquilo que se pretendeu através da realização de entrevistas semiestruturadas a seis mulheres que residiam numa casa de abrigo, foi analisar as suas vivências a partir de cinco dimensões diferentes: (i) a casa de abrigo enquanto instituição; (ii) as motivações e expectativas para ser acolhida e primeiros dias de acolhimento; (iii) sentimentos de mudança e perspetivas de futuro; (iv) estabelecimento e qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico; e (v) importância do empowerment organizacional para as mulheres acolhidas.

Os resultados deste estudo apontam para que no geral as mulheres acolhidas numa casa de abrigo estão satisfeitas com as condições da mesma do ponto de vista das condições físicas, dos apoios prestados e em relação ao staff técnico. Em relação às suas experiências pessoais as mulheres consideram que o facto de se encontrarem acolhidas, lhes tem permitido desenvolver competências pessoais bem como sentem mudanças relacionadas com o facto de se sentirem mais livres e seguras. Por outro lado, denotam algumas dificuldades em estabelecer objetivos e fazer tomadas de decisão de forma rápida. No que diz respeito às relações interpessoais entre as mulheres acolhidas, apesar de terem relações solidárias, são muito marcadas pela desconfiança e pelo isolamento. Também é referida a falta de privacidade e a ausência de qualquer envolvimento em atividades relacionadas com a gestão organizacional da casa de abrigo.

**Palavras-chave:** Mulheres maltratadas; Casas de Abrigo; Experiência pessoal; Residir numa casa de abrigo.

## Abstract

This study presents a qualitative analysis of the experiences of living in a shelter for women who have suffered domestic violence. What was intended by conducting semi -structured interviews to six women who resided in a shelter, was to analyze their experiences from five different dimensions: (i) the shelter as an institution ; (ii) the motivations and expectations to be accepted and the first days of sheltering, (iii) feelings of change and prospects for the future; (iv) establishment and quality of interpersonal relationships among women and between them and the technical staff; and (v) the importance of organizational empowerment for women in the shelter.

The results of this study indicate that in general women accommodated in the shelter are satisfied with its conditions from the point of view of physical conditions and the with the support provided and with technical staff. Regarding their personal experiences, women consider that the fact of being in a shelter, has allowed them to develop personal skills and feel changes related to the fact that they feel more free and safe. On the other hand, denote some difficulties in establishing goals and make decision-making quickly. In relation to interpersonal relationships among women despite supportive relationships, they are very marked by distrust and isolation. It is also referred the lack of privacy and the absence of any involvement in activities related to organizational management of the shelter.

**Keywords:** Battered Women; Shelters; Personal experience; Living at a shelter.

## Índice

1. Introdução .....	1
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	4
2.1. As Casas de Abrigo: enquadramento histórico .....	4
2.2. Modelos de Intervenção: alteração do paradigma .....	7
2.3. A estrutura e funcionamento das Casas de Abrigo .....	9
2.4. Investigação sobre as casas de abrigo .....	12
2.5. A experiência de residir numa casa de abrigo: investigações .....	18
3. MÉTODO .....	25
3.1. Contextualização do estudo .....	27
3.2. Objetivos e questões da investigação .....	30
3.3 O Instrumento .....	31
3.3 Participantes .....	31
3.4 Procedimento .....	32
3.4.1 Recolha de dados .....	32
3.4.2 Análise dos dados .....	33
4. RESULTADOS .....	35
4.1. Apresentação dos Resultados .....	36
4.2. Discussão dos Resultados .....	39
5. CONCLUSÃO .....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	60
ANEXOS .....	65

## Índice de tabelas

Tabela 1: Temas abordados por estudos e investigações sobre casas de abrigo.....	13
Tabela 2: Dimensões abordadas em estudos e investigações sobre a experiência de residir numa casa de abrigo .....	19
Tabela 3: Temas e Subtemas do Guião da Entrevista .....	31
Tabela 4: Informação geral sobre as participantes .....	32
Tabela 5: Dimensões de Análise e Temas .....	36
Tabela 6: Temas Principais e Subtemas .....	37

## 1. Introdução

*Já chorei muito com aquele homem.*

*Agora choro pela mudança.*

*Dão-nos a mão bem dada.*

*Olímpia<sup>1</sup>*

A violência conjugal deixou de ser um fenômeno privado para ser olhado de forma pública e com intolerância, fruto de muito trabalho produzido por entidades públicas e privadas. A violência conjugal contra as mulheres, que se caracteriza pelos maus tratos físicos, sexuais, psicológicos, financeiros e sociais e que em algumas situações tem o seu desfecho através do homicídio da mulher maltratada, tem visto serem desenvolvidas formas de combate a este crime, seja através da criação de nova legislação ou de intervenções com os mais diversos modelos de aplicação.

As casas de abrigo são uma resposta para a violência conjugal e combinam vários tipos de apoio: psicológico, social e jurídico. As residentes são a prova real de que a violência conjugal é transversal à sociedade; mulheres de origens, credos e geografias diferentes. São espaços que se pretendem secretos, isolados. Poucos são os que têm acesso às suas localizações e poucos mais ainda, ao que acontece lá dentro. Espaços de segurança e proteção mas também motivadores de mudança e de autonomia.

As casas de abrigo podem representar a diferença entre a vida e a morte para mulheres e crianças que sofrem violência. Mas a importância das casas de abrigo não termina aí. Dentro das relações abusivas, as identidades das mulheres são muitas vezes diminuídas e desvalorizadas de uma forma diária e resultam em mulheres com reduzida autoestima e com autoconceitos negativos. Para além de providenciar refúgio do perigo e do risco, tal como Lucchini (2001) refere, as casas de abrigo são também espaços onde as mulheres podem reparar a sua identidade e construir um futuro sem violência e sem medo.

Com os recursos adequados, as casas de abrigo podem ter a capacidade de providenciar serviços de proteção e suporte necessários para auxiliar mulheres e outros que

---

<sup>1</sup> Uma das participantes no estudo

se encontrem em risco para assim conseguirem prevenir a violência no futuro. As mulheres maltratadas muitas vezes não denunciam a sua situação e não procuram ajuda junto de organismos formais como as entidades policiais ou judiciais devido a muitas razões (Barret & Pierre, 2011). Por isso cada vez mais as casas de abrigo se constituem como:

- (i) formas de aumentar a informação e a compreensão entre mulheres e raparigas sobre o que é a violência de género e a violência conjugal e sobre outras formas de violação dos direitos humanos;
- (ii) apoio e suporte para as mulheres abandonarem situações de violência e desta forma poderem ter como parceiros os sistemas judiciais, policiais e sociais e para poderem ter acesso a diferentes formas de proteção (por exemplo, medidas de coação, medidas de afastamento, apoios financeiros, etc.);
- (iii) recursos que contribuem para a formação dos diferentes profissionais envolvidos no combate e prevenção da violência doméstica.

As casas de abrigo promovem a igualdade e têm muitas vezes uma voz ativa em assuntos como a discriminação, estabelecendo conexões entre as experiências individuais das mulheres e as condições das mulheres dentro das sociedades que podem suscitar a violência contra elas.

Apesar de se conhecer já de alguma forma a realidade deste serviços e o grau de satisfação das suas utilizadoras, a grande maioria dos estudos desenvolvidos sobre casas de abrigo abordam sobretudo a questão da violência doméstica no domínio dos efeitos provocados pela estadia num equipamento com estas características. Outros estudos abordam, a questão da separação do agressor e a forma como isso é vivido pela mulher maltratada; outros o processo de admissão e o que procuram nestes espaços as mulheres; e outros, centram-se nas necessidades da mulher que sofreu violência conjugal e nos serviços que estas estruturas oferecem.

Os estudos realizados sobre a perceção das próprias mulheres acolhidas neste tipo de espaços começam agora a emergir para nos fazerem perceber sobre a importância das casas de abrigo tanto para a promoção da proteção e segurança das mulheres aí acolhidas mas sobretudo para nos darmos conta através do seu próprio olhar de que forma podem influenciar a mudança nas suas vidas e como se revestem as relações que aí se estabelecem (Andrews, B. & Berwin, C. R.,1990).

Este estudo pretende, partindo de uma abordagem qualitativa, conhecer a experiência de residir numa casa de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal a partir da sua própria perspetiva.

Neste estudo propomo-nos a compreender de forma mais aprofundada a experiência das mulheres que residem numa casa de abrigo. Através de uma metodologia qualitativa, que envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas às participantes, pretendemos assim investigar quais as perceções que têm sobre várias dimensões relacionadas com o facto de estarem a residir numa casa de abrigo. Assim, e após uma revisão da literatura existente sobre a temática das casas de abrigo e mais especificamente sobre a experiência de residir num espaço como esse, achamos relevante proceder à análise de cinco dimensões principais, que têm sido identificadas na maioria das investigações realizadas como aspetos a ter em conta quando se pretende compreender a vivência e a qualidade deste tipo de experiência em mulheres acolhidas neste tipo de equipamentos. Desta forma, as cinco dimensões de análise são: (i) a casa de abrigo enquanto instituição; (ii) as motivações e expectativas para ser acolhida numa casa de abrigo e primeiros dias de acolhimento; (iii) sentimentos de mudança e perspetivas de futuro pessoais; (iv) estabelecimento e qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico; e (v) importância do empowerment organizacional para as mulheres acolhidas. Procuraram-se abordar questões relacionadas com a atualidade daquelas mulheres acolhidas, isto é, como caracterizam a casa de abrigo enquanto instituição, perceber de que forma se organizam, como se estabelecem as diferentes relações entre as residentes e o staff profissional que aí trabalha e de que maneiras se perspetivam agora e para o futuro através da casa de abrigo.

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco partes. Na primeira parte, Introdução, em que se apresenta a temática em estudo, assim como os principais objetivos do estudo. Na segunda parte é apresentada a Revisão da Literatura, abordando-se temas relevantes para a presente investigação. Na terceira parte, Método apresenta-se a metodologia, que compreende uma breve contextualização do estudo, os objetivos do estudo e questões levantadas por esta investigação, os instrumentos utilizados, uma caracterização geral das participantes e os procedimentos que foram utilizados para a recolha e análise dos dados. Na quarta parte, Resultados, apresentam-se os resultados do estudo, assim como a sua discussão. Na última parte, Conclusão, apresentam-se as principais conclusões do estudo, limitações, assim como sugestões para investigações e intervenções futuras.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. As Casas de Abrigo: enquadramento histórico

A violência doméstica passou a ser reconhecida como um problema social com dimensões internacionais a partir dos finais dos anos sessenta e princípio dos anos setenta, através dos movimentos de libertação das mulheres (Dobash e Dobash, 1996; Muehlenhard & Kimes, 1999; Stark, 2007). Antes desta data, a violência doméstica não tinha reconhecimento social ou o que existia era muito pouco (Murray, Susan, 1988) e era olhada como uma questão do âmbito privado. Após esta fase as mulheres começaram a falar sobre a violência nas suas vidas privadas e o movimento das mulheres maltratadas iniciou-se. Cresceu para fora dos movimentos de defesa dos direitos humanos, para fora dos movimentos de libertação femininos e extrapolou os movimentos contra a violação sexual, que foram o ponto de partida para uma análise da violência contra as mulheres numa perspetiva que assentava em causas sociais e políticas. Se esse tipo de violência tem como causa as relações sociais de poder e de dominação então pode ser redefinido como um *“problema social”* (Murray, S., 1988).

Os movimentos de mulheres desenvolvidos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos durante os anos sessenta e setenta, posicionaram um número crescente de mulheres no combate à violência e a debater questões relacionadas com a desigualdade de género. Lenore Walker, através do seu estudo pioneiro sobre a violência doméstica, escreve em 1979 que cerca de 50% das mulheres nos Estados Unidos da América seriam ou eram maltratadas pelos seus maridos ou namorados (Walker, Lenore, 1984). Muitas destas mulheres não tinham para onde fugir das situações de abuso e para muitas delas os abrigos teriam sido uma forma imediata de proteção e segurança. Fazer da violência contra as mulheres um problema de cariz social permitiu não só mostrar que esse fenómeno tinha uma grande extensão mas que a *“casa”* não era um espaço assim tão seguro como até aí se tinha pressuposto. As casas de abrigo ou os refúgios foram na sua origem um dos planos mais estratégicos dos movimentos de mulheres, segundo Susan Murray (1988). Para esta autora, as casas de abrigo para além de serem espaços seguros para mulheres que tinham escapado à relação abusiva com os seus cônjuges e companheiros, também eram de certa forma laboratórios políticos para a criação de relações alternativas não-hierárquicas entre as mulheres (Murray, Susan, 1988).

As primeiras experiências de acolhimento temporário para mulheres maltratadas surgem, a nível internacional, nos anos setenta, essencialmente por iniciativa dos movimentos de mulheres. Através da organização de grupos de mulheres, surgiram e desenvolveram-se estes centros de proteção em relação à violência doméstica. Diante da situação de perigo e de falta de segurança apresentada pelas mulheres maltratadas surge a ideia de organizar refúgios onde estas mulheres se possam esconder e escapar desta forma à violência dos seus agressores. Num primeiro momento os refúgios e os acolhimentos que tinham este fim não eram mais do que lugares de passagem, onde as mulheres podiam ficar uma ou mais noites e depois tornavam por regressar aos seus lares.

A primeira casa de abrigo abriu oficialmente em 1971 na Grã-Bretanha (Pagelow, 1981) impulsionada por um grupo de mulheres (que mais tarde formaria a Women's Aid), sendo denominada de Chiswick's Refuge, e que, gradualmente foi acolhendo mulheres da região e das proximidades, que solicitavam acolhimento urgente. A partir daí, as casas de abrigo foram definidas de forma muito abrangente como espaços seguros para mulheres, acompanhadas ou não de filhos, que sofriam de violência conjugal.

Seguindo o exemplo da Inglaterra, muitos outros países europeus, durante a segunda metade da década de setenta, inauguraram as suas primeiras instituições de acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência doméstica, como por exemplo a Holanda em 1973, a Alemanha em 1976, a Suécia em 1977, seguida da Áustria em 1979, da Finlândia em 1980, da Dinamarca em 1981 e em Espanha em 1984 (Alberdi & Matas, 2002).

Através do reconhecimento da violência conjugal como um problema social, as organizações nos Estados Unidos da América abrem a partir de 1973 a primeira casa de abrigo e em 1982 já existiam cerca de quinhentas (Davis, Hagen & Early, 1994).

Este movimento de criação de espaços para refúgio e acolhimentos de mulheres vítimas de violência doméstica expande-se. Em 1972 abre o primeiro acolhimento no Canadá, em 1973 na Austrália, em 1977 no Japão e na África do Sul e em 1980 no México e na Índia (Seager & Olson, 1986).

O primeiro momento de implementação de serviços de acolhimento para mulheres maltratadas surge intrinsecamente ligado ao trabalho desenvolvido pelos movimentos de mulheres, que vieram colmatar a inexistência de respostas legais e institucionais de proteção nesta área. A disponibilização de serviços de acolhimento foi crescendo gradualmente nos

anos oitenta, na qual foram aumentando o número de equipamentos de acolhimento temporário um pouco por todo o mundo.

Já nos países em que o desenvolvimento deste tipo de resposta social ocorreu apenas na década de noventa, como é o caso de Portugal e da Eslovénia, onde o seu aparecimento tardio está estreitamente ligado com os desenvolvimentos políticos e sociais dos países, que vivenciaram longos períodos de regimes autoritários.

Além disso, em Portugal, esta situação é ainda justificável pelo facto das associações de apoio especializado a mulheres vítimas de violência começarem a sua intervenção através da criação de serviços de atendimento, aconselhamento, informação e de linhas telefónicas de assistência primária. Só posteriormente a esta primeira fase é que as instituições começaram a disponibilizar serviços de acolhimento temporário, sendo que os primeiros centros de acolhimento temporário existentes em Portugal foram fundados em 1995 (Sullivan, Baptista, O'Halloran, Okroj, Morton & Stewart, 2008). Com a aprovação em 1999, do I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (PNCVD), que prevê a criação de uma rede pública de casas de abrigo, é que pela primeira vez se expressa esta necessidade do ponto de vista político e social e se vê a violência doméstica e a violência contra as mulheres como uma área problemática. Existem atualmente 37 casas de abrigo, geridas na sua grande maioria por organizações privadas com financiamento estatal (CESIS, 2013).

Apesar de uma cada vez maior atenção às questões da violência contra as mulheres e de existir um maior compromisso dos estados para apoiarem este tipo de problemática, muitos países ainda não têm cobertura adequada de casas de abrigo. O processo de sensibilização para criação de casas de abrigo continua, assim como a emergência de novas parcerias e redes de trabalho, a um nível nacional, regional e global. A primeira Conferência Mundial sobre casas de abrigo realizou-se no Canadá em 2008 e através dela foi criada a Rede Global de Casas de Abrigo para Mulheres, que envolve representantes de vários países e que tem fortalecido a comunicação, o conhecimento e a partilha entre profissionais.

Recentemente têm sido pensadas outras formas alternativas ao acolhimento em casas de abrigo que se podem desenvolver, que não aumentem o grau de risco da mulher que sofre violência doméstica e que lhes permita a autonomização. É o caso das *casas seguras*, que são espaços residenciais privados que são disponibilizados por elementos da comunidade de forma temporária a mulheres que abandonaram as relações abusivas ou

habitações comunitárias mas de conhecimento público e que contam com a segurança da própria comunidade. Outro tipo são, *habitações privadas e confidenciais*, com elevado grau de segurança para mulheres que precisam de uma situação mais discreta ou têm questões específicas de segurança e de vida e que não podem estar numa casa de abrigo comum. Outra forma, é o *alojamento rápido*, que oferece às mulheres de forma imediata, habitação estável e segura em vez de ser acolhida numa casa de abrigo. Para que estes modelos alternativos de alojamento possam ser eficazes são necessários grandes níveis de cooperação e compromisso tanto dos operadores judiciais, que devem assegurar medidas de proteção, bem como a existência de parcerias entre as organizações e os serviços da comunidade (Grossman, Lundy & Crabtree-Nelson, 2010).

## **2.2. Modelos de Intervenção: alteração do paradigma**

Como se viu atrás, as casas de abrigo nos seus primórdios, tinham na sua génese as ideologias dos movimentos de mulheres e assim, defendiam uma filosofia que rejeitava as formas burocráticas de lidar com os problemas. Assim, tinham como metodologia a criação de espaços sem qualquer tipo de hierarquia, fundamentados na ideia da igualdade e do espírito coletivo (Murray, Susan, 1988)

Os métodos de autoajuda, levados a cabo em organizações coletivas apoiadas em princípios democráticos, ensinam as mulheres a tomarem a responsabilidade por si mesmas. Os abrigos organizados desta forma empoderam as mulheres permitindo-lhes uma participação igual na tomada de decisões e demonstrando que elas se podem apoiar mutuamente. Nestes abrigos, as mulheres desenvolvem competências que lhes possibilitam vidas independentes se elas voltarem à sua vida doméstica anterior e que estão numa melhor posição para evitarem a violência na sua intimidade.

Os objetivos que as casas de abrigo apresentavam nos seus primórdios (autoajuda, relações igualitárias dentro e fora da casa de abrigo), como um produto dos movimentos de mulheres, começaram a ser ameaçados quando se tornou necessário para a continuação deste tipo de apoio serem criados e disponibilizados através das autoridades públicas e privadas, recursos financeiros (Dobash & Dobash, 1996).

Também a questão da estrutura organizacional, em particular, a hierarquia começou a ser questionada no contexto do modelo de intervenção da casa de abrigo em especial pelos movimentos de mulheres. Apesar das organizações de mulheres estarem associadas a uma organização coletiva, o trabalho não é praticado necessariamente dentro dessa forma de

organização (McMillan, 2007). Assim, as casas de abrigo podem ter uma grande variedade de modelos de intervenção.

Com o tempo, muitas destas casas de abrigo passaram por processos de transformação, de organizações suportadas por filosofias e perspectivas dos movimentos de mulheres sobre a violência contra as mulheres e apoiadas em métodos de autoajuda para organizações caracterizadas por uma análise mais individual e restrita das causas da violência e com isto alteram-se também as práticas profissionais no âmbito das casas de abrigo. A violência passa a ser associada a problemas individuais que envolviam fatores como o stress ou o abuso do álcool e as mulheres transformam-se em “*utentes*” ou “*utilizadoras*” que necessitavam de apoio profissional de psicólogos ou psicoterapeutas. O objetivo deste tipo de organizações estava orientado para o tratamento destas mulheres mais do que para o seu empoderamento. Esta mudança de paradigma foi criticada pelos autores ligados ao movimento de mulheres que esteve na criação destas estruturas de apoio. Três assunções centrais a estas críticas são que a visão original dos abrigos como organizações do movimento de mulheres não foi conseguido, que passaram a ser equipamentos caros do ponto de vista financeiro e consumidores de tempo e logo, vulneráveis a ataques de poder por parte das organizações e a que a emergência das casas de abrigo apenas como respostas sociais podem impedir transformações mais estruturais porque apenas aliviam as cargas emocionais relativas ao problema da violência doméstica das mulheres aí acolhidas (Dobash & Dobash, 1996; McMillan, 2007).

Assim, enquanto a violência doméstica é definida como um problema social, a intervenção caracteriza-se cada vez mais a um nível individual. As casas de abrigo organizadas como cooperativas e que era suposto representarem microcosmos de reformas estruturais necessárias não escaparam também às pressões económicas e políticas que esta alteração de paradigma relativo ao apoio dado às mulheres que sofrem violência conjugal sofreu: a importância do apoio financeiro, a profissionalização dos técnicos e a crescente psicologização do fenómeno.

Muita da literatura argumenta que a violência doméstica atravessa de forma transversal estatutos sociais e raças e é um problema fundado na História e que afeta todos (Gelles, R., 1997). Mas na prática as casas de abrigo destinam-se apenas a uma população específica de mulheres, isto é, mulheres pobres que não têm outros meios de escapar às situações de abuso. Mulheres de classe média e alta têm muitas vezes recursos financeiros que lhes permite aceder a habitação alternativa.

A violência doméstica é uma experiência traumática para as mulheres maltratadas e para os seus filhos. A pesquisa tem mostrado que a experiência da mulher com o abuso provocado pelo seu parceiro tem severas consequências comportamentais, cognitivas, emocionais e conjugais, para além das sérias consequências físicas que colocam em perigo a vida das mulheres e dos seus filhos (Dobash & Dobash, 1996). As mulheres maltratadas são algumas vezes capazes de lidar com a violência dos parceiros utilizando os seus próprios recursos internos. No entanto, por vezes necessitam de recursos externos e recorrem a serviços formais e informais para assistência, apoio e proteção contra os seus companheiros violentos. Em situações de crise quando as suas vidas estão em perigo e lhes falta apoio e segurança suficientes, as mulheres que sofrem violência conjugal são forçadas a requerer ajuda junto de casas de abrigo, entre outros serviços.

### **2.3. A estrutura e funcionamento das Casas de Abrigo**

As casas de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal providenciam normalmente proteção às mulheres maltratadas, acompanhadas ou não de filhos e são uma forma de se esconderem dos seus agressores. São muitas vezes o último recurso quando as mulheres estão em perigo e necessitam de proteção imediata (Shostack, 2001). Os serviços providenciados pelas casas de abrigo incluem, entre outros, proteção física e refúgio para as mulheres e para os seus filhos, apoio e reforço da mulher e dos seus filhos, preparação para o seu regresso à comunidade e programas de desenvolvimento pessoal. Para além disto, as casas de abrigo dão informação sobre alternativas a viver com um parceiro violento. São desenvolvidas atividades que pretendem melhorar a autoimagem da mulher vítima de violência, bem como apoiá-la a ultrapassar o medo, a ansiedade e outras reações que são transmitidas pelo parceiro violento; as casas de abrigo oferecem uma atmosfera de suporte social no qual as mulheres podem desenvolver relações positivas entre si. Estes equipamentos promovem também serviços de apoio jurídico e de ligação entre as mulheres e outros serviços da comunidade. Na maioria das casas de abrigo, existem creches para crianças pequenas e a colocação em escolas é imediatamente providenciada após a chegada de crianças em idade escolar com as suas mães (Tutty, L., M., Weaver, G., & Rothery, M. A., 1999).

De forma geral, as casas de abrigo oferecem acolhimento em situação de emergência e acolhimento prolongado. O primeiro tipo caracteriza-se por um tipo de acolhimento com características mais curtas que oferece segurança e apoio emocional. O outro tipo de

acolhimento, mais comum, oferece alojamento mais prolongado assim como diferentes tipos de apoio especializados: médico, psicológico, social, jurídico, etc.

A maioria das casas de abrigo estão integradas em organizações não-governamentais que apoiam mulheres e crianças que sofreram violência conjugal e que têm serviços de atendimento tanto presenciais como telefônicos. A existência destes serviços é muitas vezes o primeiro passo para abandonar a relação abusiva e após avaliação do grau de risco, ser encaminhada para uma casa de abrigo.

A maioria das casas de abrigo tem regulamentos idênticos, que incluem horários de entrada e de saída das instalações, tarefas, apoio às crianças, regras de segurança e precauções, regras para o contacto com o parceiro, utilização do telefone, apoio pecuniário, utilização de equipamentos e procedimentos para sair da casa de abrigo. As regras mais comuns entre as casas de abrigo são:

1. Qualquer forma de violência é proibida;
2. Não fumar nos quartos, apesar de na maioria permitirem que se fume em locais destinados para esse fim;
3. Álcool e drogas são proibidos;
4. Todas as mulheres deverão de participar nas atividades de manutenção e limpeza da casa de abrigo;
5. As mães que residem na casa de abrigo são responsáveis por cuidar dos seus filhos;
6. As mulheres devem manter confidencial a morada da casa de abrigo, mesmo após a sua saída;
7. Devem respeitar os horários estabelecidos e informar sempre que saem;
8. Qualquer mulher que viole as regras de forma reiterada pode ser expulsa da casa de abrigo.

A morada e o número de telefone da maioria das casas de abrigo não se encontram listadas e espera-se que a confidencialidade da localização do equipamento seja mantida tanto pelas residentes como pelo staff técnico, bem como por outros profissionais que contactam com a casa de abrigo. Nas casas de abrigo, as mulheres e os seus filhos recebem alimentação, vestuário, materiais de limpeza e até apoio pecuniário. O estilo de vida na maioria das casas de abrigo é coletivo, e são atribuídas às mulheres tarefas, que incluem a limpeza da casa, cozinha, lavandaria e outras tarefas que são relativas à manutenção do espaço residencial.

A maioria das casas de abrigo desenvolve atividades de grupo com as mulheres acolhidas, seja através de dinâmicas de grupo ou de grupos de ajuda mútua. Dinamizadores treinados dirigem estas sessões que ajudam as mulheres a enfrentar as suas situações e por outro lado, desenvolvem competências ao nível da resolução de conflitos e da negociação. As atividades de grupo são especialmente importantes para apoiar as mulheres a procurar melhores formas de lidar com os conflitos interpessoais e reconhecerem que não estão sozinhas na sua luta (Davis, Hagen & Early, 1994; Donnelly, 1999).

Os processos experienciados pelas mulheres na maioria das casas de abrigo, podem elevar o seu sentimento de coletividade e melhorar a sua autoestima. Acima de tudo, as mulheres em casa de abrigo descobrem que o problema da violência não está relacionado com o falhanço da relação conjugal ou com o comportamento do seu parceiro. As mulheres descobrem que podem ser assertivas mesmo quando expressam opiniões que são diferentes das do seu parceiro. Muitas vezes, as mulheres sentem-se mais livres e mais confortáveis nas casas de abrigo do que se sentiam nas suas próprias casas e rapidamente descobrem que têm muitos aspetos em comum com as outras mulheres. A solidariedade feminina que se desenvolve enquanto estão na casa de abrigo também se manifesta em termos instrumentais. Primeiro, as mulheres continuam a proteger e a cuidar umas das outras mesmo quando já se encontram fora das casas de abrigo. Segundo, passam horas juntas e encorajam-se umas às outras. Terceiro, normalmente estabelecem laços de amizade profundos e que se mantêm mesmo quando saem da casa de abrigo e permanecem em contato mesmo que voltem para junto dos parceiros ou se decidam separar (Dobash & Dobash, 1996).

O período de permanência numa casa de abrigo é limitado no tempo, normalmente até aos 6 meses apesar de este período ser muitas vezes prorrogado através de parecer dos staff técnicos. Durante a sua estadia são desenvolvidos esforços para que a mulher e os seus filhos possam reunir os recursos necessários para uma vida independente e segura na comunidade. É desenhado um plano individual de apoio com cada uma das mulheres para promover o seu empoderamento e desenvolver as competências que ela necessita para poder autonomizar-se de uma forma definitiva e promotora de qualidade de vida para si e para os seus filhos (Dobash & Dobash, 1996; Shostack, 2001). Algumas casas de abrigo conseguem oferecer às suas residentes habitação de transição depois da sua estadia na casa de abrigo, apesar deste tipo de apoio ser raro devido a constrangimentos de ordem financeira para as organizações (Davis, Hagen & Early, 1994; Donnelly, 1999).

As casas de abrigo funcionam muitas vezes como entidades parceiras de outras organizações, encaminhando as suas residentes para as forças policiais, segurança social e outros serviços públicos e até para outras casas de abrigo. Devido ao facto de muitas mulheres maltratadas se encontrarem em situações de isolamento e não terem acesso a grupos de apoio, muitas vezes é a casa de abrigo a única forma de elas terem acesso e terem conhecimento que podem ter outros apoios e que existem outros recursos nas comunidades (Angless, 1998). Alguns investigadores dão uma função mais abrangente às casas de abrigo, definem-nas como sendo um laboratório para a transformação social. Assim, a casa de abrigo é descrita como um sistema igualitário que serve como uma alternativa à situação de vida anterior da mulher. Tal como afirmam Campbell, Sullivan e Davidson (1995), as casas de abrigo estão imbuídas de contradições: são ao mesmo tempo organizações profissionais e formais e lares temporários. Têm dentro de si hierarquias formais e simultaneamente, encorajam as mulheres a verem-se como iguais. Reforçam a mensagem do empowerment, mas estabelecem regras que muitas das mulheres acolhidas e até os staffs técnicos consideram revitimizantes, mas que mesmo assim as mulheres devem cumprir. As casas de abrigo são ambientes complexos, que ao mesmo tempo encorajam a autonomia e a obediência nas mulheres acolhidas.

#### **2.4. Investigação sobre as casas de abrigo**

Apesar da elevada incidência da violência doméstica do ponto de vista internacional e da sua transversalidade social, a informação sobre a eficácia das práticas de apoio profissional junto das mulheres maltratadas é ainda em pouca escala (Abel, 2000). Segundo Abel (2000) isto pode dever-se a dois tipos de fatores: (i) tal como em todas as áreas do trabalho social, só à poucos anos é que começou a existir interesse em perceber e compreender a amplitude da eficácia dos diferentes modelos de intervenção nesta problemática e (ii) a quase ausência de estudos sobre a qualidade das intervenções pode ser também atribuída ao tipo de práticas utilizadas que são muitas vezes restritas à violência doméstica. A maioria das amostras que compõe estes estudos são mulheres que procuraram refúgio numa casa de abrigo. Por isso, e ainda segundo Abel (2000), estas mulheres são acolhidas em situações de emergência e de crise e podem aí permanecer por sua vontade durante horas ou apenas algumas semanas pois os serviços de acolhimento para este tipo de população são flexíveis e de “*porta aberta*”. Deste modo é difícil desenhar investigações que avaliem com qualidade os resultados obtidos por este tipo de intervenções.

Em relação às casas de abrigo, existe pouca informação empírica sobre a sua eficácia para mulheres que sofreram violência doméstica (Sullivan, Baptista, O'Halloran, Okroj, Morton & Stewart, 2008), devido sobretudo a razões éticas. Não seria ético enviar de forma aleatória mulheres para casas de abrigo e os estudos que comparam mulheres que estiveram nesse tipo de equipamentos com outras que não estiveram estão limitados pelo facto de que estes dois grupos de mulheres diferem noutras variáveis do que apenas na utilização da casa de abrigo (por exemplo, salário, nível académico, acesso a outras formas de proteção, severidade da violência, etc.). Também é difícil determinar o impacto da casa de abrigo na vida das mulheres porque existem tantos modelos de intervenção e diferentes tipos de apoio associados às casas de abrigo. Se as mulheres referem que a sua experiência foi positiva nunca são muito claros quais são os fatores que contribuíram para essa conclusão. Por outro lado, os estudos têm sido desenvolvidos em zonas com maiores recursos como a Europa e os Estados Unidos da América (Sullivan, O'Halloran, Okroj, Morton & Stewart, 2008). Apesar das dificuldades elencadas para a produção de estudos e investigações no âmbito das casas de abrigo, os temas abordados são vastos e têm de alguma forma apresentado diferentes aspetos desse tipo de resposta social de apoio à violência conjugal e além disso os interesses têm também evoluído. Apresenta-se a Tabela 1 com um resumo dos temas abordados por estudos e investigações realizadas sobre casas de abrigo até ao momento presente. De seguida são explicitados os estudos.

## Tabela 1

### *Temas abordados por estudos e investigações sobre casas de abrigo*

<b>Década</b>	<b>Estudos e Investigações</b>
<b>80</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar a eficácia da intervenção das casas de abrigo</li> <li>- Refletir sobre a importância das casas de abrigo para o apoio às mulheres maltratadas</li> </ul>
<b>90</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigação sobre os serviços prestados pelas casas de abrigo</li> <li>- Perceção dos serviços prestados através das mulheres residentes em casas de abrigo</li> <li>- Avaliação regular das casas de abrigo para fundamentar financiamentos</li> <li>- Perceção das casas de abrigo como espaços promotores de segurança através da escuta de mulheres aí residentes</li> <li>- Avaliação das casas de abrigo como resposta social e o tipo de financiamento que lhes deveria ser atribuído</li> <li>- Perceber o processo de tomada de decisão de mulheres que residindo em casas de abrigo decidiam regressar para junto do agressor</li> <li>- Perceção do perfil das utilizadoras de casas de abrigo</li> <li>- Estudos sobre características e mudanças psicológicas das mulheres maltratadas devidas à estadia em casa de abrigo</li> <li>- Avaliação do grau de satisfação das residentes em casa de abrigo</li> <li>- Estudos sobre a vida das mulheres que saíram das casas de abrigo</li> </ul>
<b>2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflexões sobre a existência de regulamentos e sobre a confidencialidade das casas de abrigo</li> <li>- Avaliação do grau de satisfação das residentes em casa de abrigo</li> <li>- Estudos sobre a experiência de residir numa casa de abrigo</li> </ul>

Como se observa, as temáticas para investigação evoluíram da eficácia das casas de abrigo para temas que se prendem com as vivências das mulheres nesses espaços, seja através de avaliações de satisfação ou através de estudos exploratórios ou investigações com caráter mais reflexivo para se pensar os procedimentos e a forma como devemos olhar hoje para as casas de abrigo, visto também elas poderem ser elementos ativos de prevenção e combate à violência conjugal.

Foi sem 1981 que o primeiro estudo sobre modelos de casas de abrigo foi realizado e o seu objetivo era perceber a sua eficácia (Roberts, 1998). Estas casas de abrigo eram sem fins lucrativos e dependiam do financiamento estatal e privado através da doação de fundos e bens.

Em 1982, Loseke e Berk desenvolveram uma investigação e descobriram que apenas 1 em cada 10 mulheres maltratadas permaneciam numa casa de abrigo (Roberts, 1998).

Segundo Abel (2000), Berk e a sua equipa em 1986, publicam o primeiro artigo científico sobre os resultados da intervenção em mulheres maltratadas e a qualidade da sua eficácia. Baseando-se na teoria social e económica, os autores investigaram a eficácia dos serviços prestados pelas casas de abrigo. Não especificaram nem a dimensão da amostra nem o tipo de intervenção que observaram e as hipóteses do estudo eram as seguintes: (a) a estadia numa casa de abrigo vai reduzir a frequência e a intensidade de nova violência e (b) os efeitos benéficos vão depender do facto de a vítima já ter começado a ter o controlo da sua vida. Os autores concluíram que as hipóteses do estudo se verificavam e que eram suportadas por aquilo que as participantes manifestaram. Outro aspeto referido, era que a casa de abrigo tinha sido importante para as mulheres ganharem independência financeira em relação ao seu agressor.

Campbell, Sullivan e Davidson, em 1995, referem nos resultados obtidos através de uma investigação, que os sentimentos de incapacidade, abuso, de falta de poder e de pouco apoio social contribuíam para sentimentos de depressão, mas que estes diminuía após a estadia numa casa de abrigo.

Também McNamara et al (1997), descobriu que após algum tempo de estadia numa casa de abrigo, oitenta e uma das mulheres acolhidas mostravam melhorias tanto ao nível das suas competências para a mudança, bem como ao nível do sentimento de satisfação em relação à vida (Roberts, 1998).

Hutchinson e Hirschel em 1998, na sua investigação aperceberam-se que a maioria das mulheres que tinham sofrido violência conjugal e que foram entrevistadas dependiam dos serviços oferecidos pelas casas de abrigo, como por exemplo, os grupos de ajuda mútua.

A investigação sobre as casas de abrigo e sobretudo sobre os serviços que prestam e a maneira como são percebidas pelas mulheres que nelas residem tiveram o seu início em meados dos anos 90 e sobretudo no Canadá. Até aí os serviços disponibilizados às mulheres vítimas de violência doméstica não eram avaliados de forma regular (Tutty, L., M., Weaver, G., & Rothery, M. A., 1999), no entanto aparece em 1995 no Canadá, a necessidade desse tipo de avaliação e investigação para permitir a melhoria dos serviços prestados e para fundamentar a existência de um financiamento próprio para este tipo de equipamentos sociais. Nessa altura inicia-se a pesquisa que prova que as casas de abrigo são úteis e servem de apoio (Orava, McLeod & Sharpe, 1996), no entanto foi através de investigações que ouviam as mulheres que residiam em casas de abrigo sobre a proteção que estes espaços ofereciam, como a de Davis e Srinivasam em 1995 referido por Tutty (Tutty, L., M., Weaver, G., & Rothery, M. A., 1999), que se percebeu de forma clara a sua importância. Várias investigações revelaram também que infelizmente as casas de abrigo se encontravam em desvantagem face a outras formas de resposta social por financiamentos instáveis ou inadequados (Davis, L., Hagen, J. & Early, T., 1994; Tutty, L., M., Weaver, G., & Rothery, M. A., 1999).

O fim pelo qual se realizavam investigações sobre as mulheres que residiam em casas de abrigo tinha sempre o objetivo de aumentar a atenção para o fenómeno da violência doméstica e servia para identificar as características comuns das residentes, dos seus parceiros e o tipo e a severidade dos comportamentos abusivos. Estes estudos foram essenciais para se obter mais informação sobre a violência doméstica mas recolhiam pouca ou nenhuma informação sobre se os modelos de intervenção das casas de abrigo eram eficazes. Outra investigação estudou o processo de tomada de decisão das mulheres vítimas, especificamente sobre se regressavam para junto do agressor depois de terem residido numa casa de abrigo. Gondolf e Fisher em 1988 (Tully & all, 1999) levaram a cabo um grande estudo com mais de 6000 mulheres que residiam em 50 casas de abrigo no estado do Texas, nos EUA e perceberam que as mulheres têm maiores probabilidades de regressassem se o parceiro estiver a receber acompanhamento psicológico.

No Canadá, muitas organizações realizaram estudos sobre quem eram as utilizadoras das casas de abrigo. Foram conduzidos três inquéritos em 1991/92, 1992/93 e 1994/95

através do Instituto de Estatística do Canadá que enviou para todas as casas de abrigo questionários. As estatísticas mostraram que de 85% das admissões de mulheres e de crianças delas dependentes durante o ano de 1994/95, 79% das mulheres tinham fugido de relações abusivas. Dentro deste grupo, 70% indicaram situações de violência física, 47% enunciaram situações de ameaças à integridade física e 20% falaram de abuso sexual. O parceiro atual era o agressor em 64% das situações de abuso e o ex-parceiro em 21%.

Outros estudos como o de Cannon e Sparks (1989), testaram seis residentes no momento do acolhimento numa casa de abrigo e quatro semanas após daí terem saído. Os resultados apresentaram diferenças significativas no que dizia respeito à aceitação de outros mas não mostrava alterações em relação à aceitação de si mesmo o que era marcadamente baixo na altura da entrada na casa de abrigo. Orava, McLeod e Sharpe, D. (1996), não avaliaram o acompanhamento prestado pela casa de abrigo, mas encontraram na sua investigação das características de 21 mulheres maltratadas que a maior duração na estadia na casa de abrigo estava associada a níveis mais baixos de crença no controlo pelo poder, menor depressão e mais alta autoestima.

Russel (1990) comparou a satisfação das residentes de quatro casas de abrigo e descobriu que as residentes acharam que o facto de terem acompanhamento psicológico individual foi importante para elas e para as crianças. A investigação identificou também alguns problemas relativos a queixas sobre a vida em comunidade, conflitos sobre as crianças e sobre a forma de as educar. Estes conflitos sobre as crianças só não ocorriam na casa de abrigo que proporcionava um programa de aconselhamento para crianças. As residentes tinham diferentes perceções sobre a necessidade de aconselhamento psicológico: umas preferiam um apoio mais breve e outras um apoio mais prolongado no tempo.

Alguns estudos têm-se focado na confidencialidade das casas de abrigo. Apesar da confidencialidade ser uma política aceite, a publicidade da morada tem sido motivo de controvérsia em literatura mais recente. Um número crescente de casas de abrigo começou a publicitar as suas localizações em alguns países (Robert & Lewis, 2000). Referindo Belluck (1997), Robert & Lewis (2000) afirmaram que os diretores das casas de abrigo o fizeram por uma grande quantidade razões, entre as quais: (a) apoiar as mulheres maltratadas dessa localidade indicando-lhes onde poderiam procurar assistência; (b) procurar que a comunidade onde estão instalados esteja mais informada e consciente sobre a problemática da violência doméstica; (c) aumentar a capacidade de recolha de fundos e desenvolver melhores parcerias com as forças de segurança e com outros operadores da

comunidade ao nível da violência doméstica; (d) promover a ideia de que as mulheres maltratadas não devem procurar apoio de uma forma secreta pois não fizeram nada de errado. Por outro lado, Robert & Lewis (2000) observaram que outros diretores técnicos viam a publicidade da morada das casas de abrigo como um risco de potenciais ataques violentos às residentes.

Um estudo realizado por Eleanor Lyon e Shannon Lane e Menard (2008) através do qual após entrevistarem mulheres acolhidas em diferentes casas de abrigo, concluíram que a grande maioria das participantes tinham reportado conflitos e problemas com as regras, deu origem, desde 2009, a que o Missouri Coalition Against Domestic & Sexual Violence (2011), tenha desenvolvido uma forma diferente de acolher mulheres maltratadas, numa casa de abrigo em que não existe regulamento ou existem um conjunto de obrigações mínimas mas onde as mulheres acolhidas podem experimentar a autonomia, apesar das limitações de estarem a residir num ambiente com características comunitárias.

Gondolf e Fisher (1988), Holiman e Schilit (1991) realizaram investigações sobre a vida das mulheres que saíram das casas de abrigo. Os dados que apresentaram eram positivos mas referiram-se sobretudo os aspetos relacionados com a autoestima das mulheres acolhidas (Sullivan, C.M., Baptista, I., O'Halloran, S., Okroj, L., Morton, S., & Stewart, C.S., 2008; Ben Porat, A. & Itzhaky, H., 2008).

Em 2009, Dawn e Zlotnick (2009), levam a cabo uma investigação em casa de abrigo que se propunha desenvolver uma forma de tratamento psicoterapêutico para mulheres acolhidas que sofressem de perturbação de stress pós-traumático. HOPE era o nome da intervenção e focava-se na estabilização, segurança e empowerment e dotava a mulher de competências para lidar com os sintomas da sua PSPT que poderiam estar a interferir com a sua capacidade para estar com a comunidade e estabelecer um ambiente seguro para si e para os seus filhos.

Os estudos indicam que as casas de abrigo possuem o potencial para melhorar a saúde mental das mulheres que sofreram violência conjugal, pois de conseguem aumentar a autoestima, a qualidade de vida, as estratégias de coping e o empowerment e em algumas situações contribuem para ultrapassar situações mais graves de depressão e até perturbação do stress pós-traumático (Sullivan, C.M., Baptista, I., O'Halloran, S., Okroj, L., Morton, S., & Stewart, C.S., 2008; Bennet, L., Howard, A., Riger, S., Shewe, P. & Wasco, S., 2004). São

também potenciadores de estratégias de segurança e mobilizadores para a prevenção da violência doméstica.

## **2.5. A experiência de residir numa casa de abrigo: investigações**

Muitas mulheres maltratadas veem nas casas de abrigo um último recurso (Grossman & Lundy, 2011) para a sua situação. Poucas mulheres se sentem motivadas para entrar num ambiente que lhes é estranho e que está repleto de pessoas estranhas e que envolve viver de forma coletiva com outras pessoas, muitas vezes em situação de crise. Por outro lado, sentem que este tipo de espaço lhes oferece pouca privacidade e que lhes coloca inúmeros impedimentos. A grande maioria preferiria ficar com amigos ou familiares ou seguras nas suas próprias casas e esta escolha seria menos traumática e até desejável para estas vítimas. No entanto, muitas das mulheres não têm recursos sociais e económicos para fazer estas opções e para ela a alternativa oferecida por uma casa de abrigo é a melhor.

As mulheres que são vítimas de violência conjugal, têm diferentes razões para utilizar casa de abrigo: umas pretendem abandonar permanentemente a relação abusiva e outras procuram um intervalo no qual procura salvar a relação com o seu parceiro se este estiver disposto a mudar. Outras mulheres que procuram o acolhimento estão a ser sujeitas a violência por parte de ex-parceiros, reforçando a ideia de que o fim da relação não é sempre o fim da violência (Davis, L., Hagen, J. & Early, T., 1994; Fleury, Sullivan & Bybee, 2000; Hardesty & Chung, 2006). As mulheres são acolhidas em casas de abrigo com diferentes experiências de vida e necessitam de diferentes tipos de apoio (Sullivan, Baptista, O'Halloran, Okroj, Morton & Stewart, 2008). Algumas necessitam de informação sobre a violência doméstica e sobre o planeamento da sua segurança pessoal, outras necessitam de apoio prático ao nível da procura de habitação e emprego e outras procuram uma combinação entre o apoio emocional e o apoio prático. Esta multiplicidade de necessidades implica que as equipas das casas de abrigo consigam providenciar serviços e apoios individualizados a cada uma das mulheres e crianças acolhidas (Sullivan, C., 1991).

Muitos dos estudos têm colocado questões gerais sobre a satisfação sobre os serviços proporcionados pelas casas de abrigo e outros sobre aspetos particulares como a depressão ou o empowerment. Na tabela 2 apresentam-se as diferentes dimensões estudadas nos estudos e investigações realizadas sobre a experiência de residir numa casa de abrigo (Tabela 2).

## Tabela 2

### *Dimensões abordadas em estudos e investigações sobre a experiência de residir numa casa de abrigo*

<i>Dimensões abordadas</i>
Perspetiva das mulheres sobre as casas de abrigo
Papel das casas de abrigo na vida das mulheres que sofreram violência conjugal
As expectativas das mulheres em relação às casas de abrigo
Avaliação da satisfação das mulheres em relação ao acolhimento
Relações interpessoais entre as mulheres acolhidas em casas de abrigo
Intervenção junto de crianças e jovens acolhidos juntamente com as mães em casas de abrigo
Qualidade e tipo de intervenção desenvolvida pelos staffs técnicos das casas de abrigo
Envolvimento das mulheres acolhidas na organização da casa de abrigo e empowerment

Bowker & Maurer (1985), publicaram o primeiro estudo sobre a perspetiva das mulheres que residiam em casas de abrigo. A amostra inclui 1000 mulheres recrutadas nacionalmente através de uma revista e foram realizadas 146 entrevistas com mulheres que tinham sido vítimas de violência no Wisconsin. 26% da amostra utilizou os serviços de uma casa de abrigo e 44% considerava este tipo de resposta como a mais eficaz para reduzir ou colocar um fim à violência contra elas; 6% das mulheres entrevistadas dizem que a casa de abrigo enquanto recurso aumentou a violência.

Uma investigação realizada 20 anos mais tarde (Goodkind, Sullivan & Bybee, 2004) apresentou exatamente os mesmos resultados. Enquanto que 79% das mulheres da amostra que recorreram a casas de abrigo afirmaram que as apoiaram a reduzir a violência, 10% disseram que a experiência não teve qualquer efeito na situação de abuso e 10% disseram ainda que a violência aumentou como resultado da ida para a casa de abrigo. Estas investigações sublinham o facto de que a comunidade deve ser envolvida na prevenção da reincidência dos agressores de violência doméstica.

A primeira investigação realizada com o objetivo de perceber o papel das casas de abrigo na vida de mulheres que sofreram violência conjugal foi realizada junto de 63 mulheres em 1999 no Canadá (Tutty, Weaver & Rothery, 1999), através de entrevistas qualitativas. As mulheres tinham de pelo menos ter estado a residir numa casa de abrigo até uma semana antes de serem entrevistadas e as entrevistas focavam-se de forma explícita na forma como as mulheres analisavam a equipa da casa de abrigo, sobre as instalações e de que forma as outras residentes eram entendidas por elas. 44% das mulheres inquiridas foram localizadas com sucesso 4-6 meses mais tarde e foi-lhes perguntado de que forma a experiência de terem estado numa casa de abrigo tinha tido impacto nas suas vidas. Afirmaram 84% das mulheres que a equipa foi o aspeto de maior suporte, mencionando

que para além de manifestar conhecimento sobre a problemática era também empática e emocionalmente estruturante. Quase metades das mulheres referiram o ambiente de segurança que sentiram na sua estadia na casa de abrigo, algumas afirmando que foi a primeira vez que conseguiram dormir de forma tranquila em muitos anos. Outros aspetos da casa de abrigo que as mulheres mencionaram tinham que ver com o facto de poderem falar com outras mulheres maltratadas sobre as suas experiências pessoais, terem aprendido que recursos existem na comunidade para fazer frente a este problema e os programas de apoio destinados aos seus filhos. Muitas mulheres mencionaram como foi importante o apoio proporcionado pela casa de abrigo e que em alguns casos chegou a salvar as suas vidas.

Tutty (2006) conduziu ainda um estudo que inclui 368 mulheres que residiam em casas de abrigo no Canadá e nesta investigação entrevistou residentes a partir do seu terceiro dia de permanência e entrevistou-as novamente no final do acolhimento. A pesquisa inicial queria saber o que queriam as mulheres da casa de abrigo e as respostas mais comuns foram apoio emocional (81%) e segurança (80%). A segunda pesquisa avaliou a satisfação das mulheres em relação à casa de abrigo assim como em relação a alterações relativas a sintomas associados a situações de trauma. Foi perguntado às mulheres quais os três serviços que consideravam os mais importantes para elas e no primeiro lugar estava a segurança, o apoio emocional e o apoio à habitação. Este estudo identificou também um grande conjunto de aspetos associados a resultados provocados pela permanência na casa de abrigo. A totalidade das mulheres referiram que sabiam que mereciam melhor para as suas vidas, sentiam-se com mais esperança (99%) e que conheciam mais formas de se manterem a elas e aos seus filhos em segurança (97%). Em relação aos sintomas associados aos traumas, estes tinham diminuído na altura da saída do acolhimento.

Uma investigação similar realizada nos Estados Unidos entrevistou residentes a partir do seu terceiro dia de permanência e entrevistou-as novamente no final do acolhimento (Lyon, Lane & Menard, 2008). Este estudo foi composto por 3410 mulheres de 215 casas de abrigo e 92% das entrevistadas afirmaram que as suas casas de abrigo tinham sido úteis para si. Apesar da satisfação geral ser importante quando se pretende saber se as mulheres receberam o apoio que pretendiam e de que forma esse apoio específico foi importante para elas, as respostas são positivas. 80% das mulheres indica terem desenvolvido mais competências para planear a sua segurança, que reconhecem quais são os recursos das suas

comunidades para lidar com as situações de violência doméstica, que se sentiam com maiores níveis de esperança e que seriam capazes de atingir os seus objetivos.

Este tipo de resultados foram encontrados em mais dois estudos. O primeiro foi realizado com 40 mulheres em oito casas de abrigo israelitas (Itzhaky & Ben Porat, 2005). Após a estadia de três meses na casa de abrigo, as mulheres afirmavam maior autoestima, sentido pessoal de empowerment, esperança e satisfação do que tinham indicado aquando da sua chegada ao acolhimento. O outro estudo entrevistou 21 mulheres de 4 casas de abrigo canadianas (Orava, McLeod & Sharpe, 1996). Os resultados desta investigação mostraram que quanto mais tempo as mulheres permaneciam acolhidas, os seus níveis de depressão baixavam e aumentavam os níveis de autoestima.

No que diz respeito à relação entre as mulheres acolhidas, a maioria dos estudos aponta para resultados positivos, pois reforça a ideia de comunidade e de partilha. No entanto, Ball (1994), referido por Hilary Abrahams (2007), diz que algumas mulheres entrevistadas afirmam que se sentem muitas vezes humilhadas por outras mulheres e discriminadas em função das suas origens étnicas e culturais. Rai e Thiara (1997), e Batsleer (2002), citados por Hilary Abrahams (2007), falam em incidentes de caráter racista entre as residentes das casas de abrigo. Haj-Yahia e Cohen (2009) referem que as relações entre as mulheres acolhidas pareciam estar dependentes das suas características pessoais, das atividades que a casa de abrigo promove para o estabelecimento dos laços entre elas e também da forma como a equipa tratava individualmente as mulheres. Muitas delas referem que as relações não são positivas e muito marcadas pela desconfiança.

As mulheres maltratadas acolhidas nas casas de abrigo diferem muito umas das outras: na idade, na cultura, na etnia e crenças. Mas também o meio socioeconómico, as suas relações pessoais ou até a existência de problemas de saúde mental, levanta questões que se prendem com a necessidade de intervenções mais individualizadas (Sullivan, C. M., & Rumptz, M. H., 1994). Jonker, Sijbraddij e Wolf (2012), realizaram uma investigação com 218 participantes residentes em casas de abrigo na Holanda, para perceber quais eram as necessidades destas mulheres quando estavam acolhidas. Os autores compararam as suas necessidades com os seus perfis sociodemográficos e socioeconómicos bem como com traços de personalidade e descobriram a existência de quatro perfis de necessidades: (i) muito necessitado, (ii) necessidades práticas, (iii), necessidades de empowerment e (iv) baixas necessidades. O primeiro grupo manifestava grandes necessidades de apoio prático e psicológico. O segundo grupo necessitava de apoio prático para questões relacionadas com

a vida quotidiana, busca de emprego, habitação ou questões legais. O terceiro expressou que necessitava de apoio psicológico e de empowerment. O quarto grupo manifestava baixas necessidades e todas elas muito aproximadas do grupo das necessidades práticas. Os autores deste estudo, concluíram que as intervenções numa casa de abrigo devem ser construídas de forma adequada a responderem a cada tipo de necessidade apresentada e desta forma também permite que as casas de abrigo possam ter uma atitude mais eficaz no apoio que prestam às mulheres acolhidas.

Duas investigações focaram-se nos resultados obtidos por crianças e jovens acolhidos em casas de abrigo. Chanmugan (2011) entrevistou separadamente 14 adolescentes e as suas mães sobre a sua experiência na casa de abrigo e foram os primeiros que reportaram maiores benefícios. Eles gostaram de estar com outras pessoas, da proteção promovida pela casa de abrigo e o apoio financeiro dado às suas mães enquanto apreciavam menos as regras e a falta de privacidade.

Hughes e Barad (1983), realizaram um estudo com crianças e jovens acolhidos numa casa de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal. Concluíram que nas sessenta e cinco crianças observadas, havia índices altos de baixa autoestima para o grupo de crianças como menos de cinco anos de idade, comportamento agressivo mais em rapazes de idade escolar do que em raparigas e uma tendência para as mães qualificarem pior os seus filhos quando lhes foram apresentados os dados.

As equipas das casas de abrigo estão envolvidas em diferentes atividades para apoiar as mulheres a atingir os objetivos que colocaram a si mesmas. Assim, as atividades que desenvolvem vão desde o planeamento da segurança, darem informação sobre os direitos e sobre a dinâmica da violência doméstica, oferecerem apoio e respeito e estabelecerem a ligação das mulheres com os recursos da comunidade. Alguns capturaram a perspetiva das mulheres sobre estes esforços. Por exemplo Few (2005) entrevistou 30 mulheres que se encontravam acolhidas em zonas rurais e estas afirmaram que as equipas as tinham apoiado no reconhecimento das suas capacidades internas e que tinham sentido que as tinham defendido de forma efetiva. Murray (1988), através de um estudo qualitativo que desenvolveu, percebeu que ao mesmo tempo que o staff reforçava a importância do empowerment, reforçava também as regras e as obrigações que as mulheres acolhidas tinham de cumprir, criando um ambiente com uma estrutura de poder assimétrica, produzindo contradições onde as mulheres não eram agentes da sua própria vontade.

Kendrick (1998), conclui que as percepções dos elementos do staff técnico estavam de acordo com a perspectiva policial e dos serviços sociais e psicológicos acerca da violência conjugal. Estas visões eram colocadas acima das experiências de vida das mulheres e o discurso dos profissionais não conseguia incorporar as diferentes dimensões das mulheres que sofreram violência conjugal.

Haj-Yahia e Cohen (2009) encontraram resultados na investigação que desenvolveram com 18 mulheres que residiam em casas de abrigo israelitas. As mulheres afirmaram que a equipa era aberta, que promovia a igualdade e que eram respeitosos. Mais três estudos qualitativos apoiam estes resultados. Wettersten e Rudolph (2004) numa amostra de 10 mulheres observaram que o apoio que recebiam da equipa era uma força que agora possuíam e que a casa de abrigo tinha sido útil para se conhecerem e para conhecerem os recursos da comunidade.

Davis & Srinivasan (1995) através de entrevistas a 55 mulheres, concluíram que as equipas das casas de abrigo validavam as suas experiências, as faziam sentir menos sozinhas e que providenciavam recursos concretos de que necessitavam.

Chanmugam (2011), estudou 14 díades mãe-filho numa casa de abrigo e notou que as mães achavam a casa de abrigo benéfica porque para além de se encontrarem em segurança estavam a receber apoio que tinha em conta as suas necessidades.

Gengler (2012), no estudo que realizou sobre o empowerment e a participação das mulheres nas casas de abrigo, afirma que o reforço organizacional das mulheres que residem numa casa de abrigo muitas vezes colide com a necessidade da organização manter a ordem e o controlo. Ela afirma que muitas vezes a retórica do empowerment pode mascarar uma estrutura contraditória a esse princípio, marcada por uma estrutura paternalista de controlo e que se apoia de forma implícita na ideia de que as mulheres são dependentes e que lhes falta poder interpessoal para poderem agir as suas ideias. No seu estudo, ela observou que a noção de empowerment utilizada pelo staff técnico da casa de abrigo partia do pressuposto que as mulheres tinham falhado ao nível do controlo das suas próprias vidas e que deveriam ser ensinadas a como fazê-lo. As mulheres eram apenas vistas como “*vítimas*” e como não sendo capazes de tomar boas decisões acerca das suas vidas e que isso também levou ao facto de serem maltratadas. Assim, reparou que o staff desenvolveu formas infantilizantes de controlo que não tinham em conta a vontade das mulheres acolhidas, como por exemplo o envolvimento obrigatório em grupos terapêuticos

e ao mesmo tempo, reforçavam as mulheres acolhidas a gerir e dar sugestões acerca desses espaços. Aquilo que observou da parte das residentes, era um movimento de resistência à participação e um enfoque apenas nas suas questões pessoais.

Ainda acerca do empowerment e da participação das mulheres acolhidas na organização, Hilary Abrahams (2007), conclui depois da sua observação de uma casa de abrigo, que a tomada de decisões estava apenas nas mãos do staff técnico. As residentes sentiam-se ouvidas, porque existiam vários processos nesse sentido, mas estavam sempre muito duvidosas se aquilo que tinham sugerido ou comentado poderia realmente influenciar ou alterar os procedimentos da casa de abrigo. Parecia-lhes que não existia por parte do staff técnico uma verdadeira vontade de as envolver de forma mais ativa na gestão da casa de abrigo.

Um estudo realizado em 2004 sobre o impacto da violência doméstica na vida de mulheres trabalhadoras que residem em casas de abrigo realizado por Wettersten e Rudolph (2004), sugerem que a violência doméstica afeta profundamente a vida de trabalho das mulheres, incluindo a sua capacidade para manterem o emprego e a sua capacidade para se manterem concentradas na tarefa que devem executar no seu emprego. Fatores contextuais como os filhos, barreiras exteriores e os recursos presentes na comunidade, podem facilitar ou impedir a capacidade das mulheres maltratadas para conseguirem manter um emprego que não seja precário. A grande maioria das mulheres entrevistadas tinha dificuldade em perceber o futuro, pois está presente uma baixa autoestima e uma real incapacidade para conseguir trabalhar o que perturba a percepção de se ser capaz.

O que a grande maioria dos estudos indica, é que as casas de abrigo não só apoiam as mulheres a superar o trauma que experienciaram mas também podem ter um papel importante em apoiar de forma concreta as mulheres a ganharem controlo das suas vidas.

É importante também referir que na maioria das investigações realizadas quando se perguntava às mulheres o que teria acontecido se a casa de abrigo não estivesse disponível para elas as suas respostas eram sóbrias. Muitas responderam que ficariam em situação de sem-abrigo, que continuariam a ser maltratadas ou que até se teriam prostituído para se poderem sustentar a si e aos seus filhos. Outras referiram que se teriam suicidado ou teriam morto o seu agressor (Lyon, Lane & Menard, 2008; Tutty, Weaver & Rothery, 1999). De certa forma, as casas de abrigo não proporcionam apenas apoio a longo prazo às mulheres vítimas de violência doméstica mas são em alguns casos o limite ao homicídio.

### 3. MÉTODO

Este estudo pretende dar uma perspectiva do acolhimento em diferentes dimensões através de entrevistas realizadas a seis mulheres acolhidas numa casa de abrigo para vítimas de violência doméstica. As entrevistas focaram-se desde o momento da sua admissão na casa de abrigo até ao momento da realização da entrevista. Procuraram-se abordar questões relacionadas com a atualidade daquelas mulheres acolhidas, isto é, como caracterizam a casa de abrigo enquanto instituição, perceber de que forma se organizam, como se estabelecem as diferentes relações entre as residentes e o staff profissional que aí trabalha e de que maneira se perspetivam agora e para o futuro através da casa de abrigo. Para isso, optámos por realizar uma investigação qualitativa que tem como pressuposto a análise das experiências dos indivíduos e a forma como são percebidas pelo investigador e pelos participantes e que por isso devem ser valorizadas (Haj-Yahia e Chaya Cohen, 2009). O objetivo da investigação era perceber as perceções subjetivas das mulheres maltratadas acerca da sua estadia na casa de abrigo em diferentes dimensões.

Para a recolha de informação utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada permite ao investigador estruturar o seu campo de interesse, delimitando as fronteiras do objeto de estudo perspetivado, evitando que durante a entrevista o entrevistado enverede por caminhos distintos do pretendido. Por outro lado, este tipo de instrumento metodológico concede liberdade ao entrevistado para explorar e aprofundar o seu pensamento sobre os temas de interesse da pesquisa (Albarelo, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy & Saints-Georges, 1997).

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas que se focaram na experiência das mulheres a partir da sua perspetiva pessoal, dentro do contexto da casa de abrigo e durante a sua permanência na mesma.

O guião da entrevista foi baseado nas entrevistas levadas a cabo por Haj-Yahia e Chaya Cohen em 2009 pois o estudo atual tem os mesmos objetivos e compreende temas sobre a caracterização da casa de abrigo enquanto espaço institucional, o processo de encaminhamento e de admissão para esta, a forma como acham que as relações entre as diferentes residentes se estabelecem e a relação das mulheres com os elementos do staff técnico.

Foram ainda acrescentadas questões que remetem para o empowerment organizacional, que pretendem aferir qual a sua importância para as mulheres bem como a forma como é

sentido por elas e como tal é levado a cabo na casa de abrigo. Consideramos importante analisar a dimensão do empowerment organizacional, porque tal como Maton e Salem (1995) afirmam, o empowerment pessoal depende também de características do empowerment organizacional que descrevem como uma cultura de crescimento fundada na força coletiva, que promove nos seus membros sentimentos de realização e de pertença, através de lideranças partilhadas, inspiradoras e organizacionalmente talentosas e que apoia o seu desenvolvimento na relação entre pares.

Os dados recolhidos pelas entrevistas foram organizados e analisados através de métodos de análise qualitativos, à luz de uma análise temática (Braun & Clarke, 2006). A análise dos dados envolveu três processos distintos: numa primeira fase, identificaram-se os excertos das entrevistas para as cinco dimensões previamente definidas:

- (i) perceber qual é a perspetiva que mulheres acolhidas numa casa de abrigo têm sobre a mesma, sobre a forma como está organizada, sobre a qualidade do espaço físico, acerca dos recursos que oferece, sobre outros aspetos que elas considerem importantes existir e se é uma resposta adequada para os seus problemas;
- (ii) compreender quais foram as suas motivações e expectativas para serem acolhidas;
- (iii) compreender as mudanças experienciadas pelas participantes tanto ao nível pessoal como ao nível do desenvolvimento de competências diretamente relacionadas com a sua permanência na casa de abrigo, que imagem têm de si atualmente e do agressor e como perspetivam a sua vida futura;
- (iv) entender de que forma as relações interpessoais entre residentes e entre estas e o staff técnico se estabelecem e qual a qualidade subjetiva que atribuem às mesmas;
- (v) perceber através dos relatos das participantes se as questões do empowerment organizacional são importantes para as mulheres acolhidas e de que forma se apresentam numa casa de abrigo, se a autonomização das participantes é o principal objetivo do acolhimento ou se paralelamente existe o seu envolvimento em atividades de gestão da casa e mesmo de avaliação e se este envolvimento é desejado por elas ou não.

Posteriormente, procedeu-se à identificação de temas gerais a partir das transcrições e numa terceira fase desenvolveram-se os temas principais e os subtemas e que não estavam previamente definidos (Braun & Clarke, 2006).

### 3.1. Contextualização do estudo

Para a operacionalização deste estudo as entrevistas foram recolhidas numa casa de abrigo da *Associação Portuguesa de Apoio à Vítima* – APAV.

A APAV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que tem como objetivo prioritário prestar serviços de apoio jurídico, psicológico e social às vítimas de crime. De âmbito nacional e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, a APAV presta serviços inteiramente gratuitos e confidenciais. Tem uma rede nacional de casas de abrigo, duas para mulheres e crianças vítimas de violência e uma para vítimas de tráfico de seres humanos.

A casa de abrigo onde foi recolhida a amostra para este estudo tem capacidade para 20 pessoas entre mulheres e crianças; tem uma equipa técnica e uma equipa auxiliar. A equipa técnica da casa de abrigo é constituída por uma Diretora Técnica, uma psicóloga, uma assistente social, um educador social e um jurista. A equipa técnica é responsável pela proteção e apoio às mulheres e crianças vítimas de violência. O apoio prestado é efetuado através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio emocional, psicológico, social, jurídico e económico, por forma a permitir que as residentes da casa de abrigo possam reorganizar os seus projetos de vida sem violência.

A Equipa Auxiliar é constituída por monitores que desenvolvem tarefas de gestão e aprovisionamento dos produtos alimentares e de higiene, sob orientação da Equipa Técnica; orientação das residentes no planeamento e execução das tarefas; supervisão das crianças, na ausência das mães, mediante as orientações prévias que as mães deixam; gestão, organização e arquivamento de documentos vários, sob orientação da Equipa Técnica. A partir de agora a equipa técnica e a equipa auxiliar passarão a ser denominadas por staff técnico.

Os objetivos preconizados para esta casa de abrigo são:

- garantir, em situação de crise, proteção imediata às vítimas consideradas *sem abrigo*;
- apoiar as crianças vítimas ou testemunhas de violência, quando são acolhidas com as mães, até aos 18 anos de idade, promovendo os meios que lhes possibilitem uma adaptação saudável a uma nova situação de vida;

- providenciar a segurança das vítimas em relação a eventuais novas vitimações;
- garantir a confidencialidade do processo de apoio;
- propiciar o bem estar e a reflexão de vida, em ambiente favorável, para a otimização da reorganização do projeto pessoal;
- promover o empowerment e a *auto-ajuda* de modo a que as mulheres tenham o controlo das suas próprias vidas;
- proporcionar um acompanhamento psicossocial personalizado e consonante com as mulheres acolhidas, em ordem à sua global autonomização enquanto pessoas ativas na sua própria vida pessoal como na vida social.

A casa de abrigo tem duas modalidades de acolhimento provisório de mulheres que sofreram violência conjugal, nomeadamente de maus tratos físicos ou psicológicos e crimes sexuais, com ou sem filhos:

- Acolhimento em situação de urgência, por um período de 72 horas, num processo de encaminhamento para outras casas de abrigo que garantam um alojamento mais prolongado e uma intervenção continuada e adaptada à situação;
- Acolhimento provisório e/ou prolongado na intervenção na crise, por um período não superior a 6 meses, em que será realizado um trabalho de parceria interinstitucional no sentido da resolução dos problemas individuais evidenciados pela mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. No entanto, mediante parecer fundamentado da equipa técnica e relatório de avaliação da situação da utente, o período de permanência definido poderá ser prorrogado.

O acompanhamento de que as mulheres e as crianças usufruem é efetuado de forma personalizada e sistemática, traduzindo-se em apoio social, psicológico, educacional, profissional e jurídico e obedecendo a um plano individual de intervenção.

O plano individual de intervenção contém um diagnóstico de necessidades e uma programação por objetivos, de ações que visem o restabelecimento do equilíbrio emocional e psicológico das mulheres e crianças e vítimas de violência, bem como a sua inserção social.

Para a elaboração do plano individual de intervenção a equipa técnica começa por, num primeiro momento, avaliar a informação proveniente das entidades que encaminharam a mulher para a casa de abrigo, através da leitura do relatório de diagnóstico que foi remetido. Seguidamente é efetuado um atendimento com a mulher para esclarecer algumas questões que não tenham sido abordadas aquando do pedido de acolhimento.

Paralelamente trabalham-se uma série de situações relacionadas com a utente por forma a avaliar das suas vulnerabilidades e potencialidades, o que passa pela clarificação de aspetos relacionados com o histórico familiar da utente, avaliação da situação económico-social, avaliação da situação profissional, educação, saúde e situação jurídica. Neste momento procura-se avaliar as prioridades que a utente estabelece para a reorganização do seu projeto de vida, sempre com o apoio da equipa técnica, para a auxiliar, num momento inicial, na tomada de decisões.

No fim elabora-se um cronograma com os objetivos que a utente se predispôs alcançar, cronograma esse que poderá ir sofrendo algumas alterações em função da forma como a utente vai gerindo e organizando a delimitação dos objetivos referentes ao seu projeto de vida pessoal. A mulher tem uma participação ativa na (re)definição do seu projeto de vida, por forma a evitar que as sugestões da equipa técnica se sobreponham à sua própria vontade.

O acolhimento pretende desenvolver um conjunto de atividades do quotidiano e de vida em comunidade. O envolvimento das utentes nestas atividades, devidamente orientadas, é visto como meio para estabelecer a comunicação, criar laços de pertença, promover a partilha e a entajuda, concorrendo desta forma para o estabelecimento de condições que promovam a aquisição de competências pessoais e socioprofissionais, como alicerces para a autonomia.

As residentes são envolvidas em atividades relacionadas com a gestão doméstica, como a limpeza, a arrumação, alimentação, proporcionar aprendizagem ao nível da gestão dos recursos próprios, financeiros e outros, capacita de forma proactiva e reabilita competências muitas vezes bloqueadas pela problemática da vitimação.

No respeitante à organização da vida quotidiana da casa de abrigo, cada residente é responsável pelos respetivos espaços privados e por todas as tarefas como sejam o cuidado diário dos seus filhos e o tratamento das roupas pessoais e restantes utensílios e aparelhos pessoais ou usados em função pessoal.

No que toca aos espaços e equipamentos coletivos está estabelecida uma distribuição geral de tarefas pelas utentes e respetiva calendarização, combinada em reuniões semanais entre as utentes e o staff técnico.

O staff técnico assegura a vigilância noturna da casa de abrigo, período compreendido entre as 19horas e as 08horas do dia seguinte, todas as noites do ano, bem como aos fins-de-semana.

As residentes da casa de abrigo podem ter acesso a educação/formação profissional e integração no mercado de trabalho se assim o desejarem. Este apoio, pode ser realizado em três áreas: formação linguística, desenvolvimento de ações no âmbito da “orientação social” e cursos de formação profissional.

A casa de abrigo tem um regulamento interno que é idêntico ao da rede nacional de casas de abrigo em Portugal.

### **3.2. Objetivos e questões da investigação**

Esta investigação tem como objetivos: (i) perceber qual é a perspetiva que mulheres acolhidas numa casa de abrigo têm sobre a mesma, sobre a forma como está organizada, sobre a qualidade do espaço físico, acerca dos recursos que oferece, sobre outros aspetos que elas considerem importantes existir e se é uma resposta adequada para os seus problemas; (ii) compreender quais foram as suas motivações e expetativas para serem acolhidas; (iii) compreender as mudanças experienciadas pelas participantes tanto ao nível pessoal como ao nível do desenvolvimento de competências diretamente relacionadas com a sua permanência na casa de abrigo, que imagem tem de si atualmente e do agressor e como perspetivam a sua vida futura; (iv) entender de que forma as relações interpessoais entre residentes e entre estas e o staff técnico se estabelecem e qual a qualidade subjetiva que atribuem às mesmas; (v) perceber através dos relatos das participantes se as questões do empowerment organizacional são importantes para as mulheres acolhidas e de que forma se apresentam numa casa de abrigo, se a autonomização das participantes é o principal objetivo do acolhimento ou se paralelamente existe o seu envolvimento em atividades de gestão da casa e mesmo de avaliação e se este envolvimento é desejado por elas ou não. As questões da investigação foram as seguintes:

- (1) Qual a perspetiva que uma mulher acolhida numa casa de abrigo tem desse espaço nas suas mais diversas dimensões?
- (2) Quais as motivações e expetativas que uma mulher que sofre violência conjugal tem quando decide ser acolhida numa casa de abrigo?
- (3) Quais as mudanças experienciadas pela mulher tanto a nível pessoal como ao nível das suas competências após a sua entrada na casa de abrigo?
- (4) Que tipo de relações interpessoais se estabelecem entre as mulheres e entre estas e o staff técnico e quais as qualidades subjetivas que atribuem às mesmas?

- (5) Será que as questões do empowerment organizacional são importantes para a mulher acolhida numa casa de abrigo e de que forma para ela estes aspetos estão presentes nesse espaço?

### 3.3 O Instrumento

Procedeu-se à tradução e adaptação do guião de entrevista (Anexo A) semiestruturada utilizado por Haj-Yahia e Chaya Cohen. Este instrumento foi aplicado a seis residentes de uma casa de abrigo.

O guião de entrevista era constituído por 2 unidades que iam de encontro aos objetivos definidos para este estudo (Tabela 3).

**Tabela 3**

*Temas e Subtemas do Guião da Entrevista*

<b>Temas e subtemas do Guião da Entrevista</b>	
	Situação que precipitou o processo de encaminhamento para a casa de abrigo
<b>Integração na casa de abrigo</b>	Processo de encaminhamento para a casa de abrigo
	Fatores que pesaram na decisão de ser acolhida
	Expetativas em relação ao acolhimento numa casa de abrigo
	Perceção do acolhimento nos primeiros dias
	Caracterização da casa de abrigo enquanto espaço físico e instituição
	Relação com as outras mulheres acolhidas
<b>Permanência na casa de abrigo</b>	Relação com a equipa técnica e auxiliar
	Adaptação à casa de abrigo
	Envolvimento das participantes na gestão e avaliação no âmbito da casa de abrigo
	Perceção de si neste momento (mudanças, perspetiva sobre o agressor)
	Perspetiva do futuro

Para além destas duas unidades, a entrevista iniciava-se por um conjunto de questões relacionadas com informação geral sobre as participantes na investigação. Esses dados estavam relacionados com a idade, habilitações académicas, se tinham filhos e se estes estavam acolhidos com elas, condição atual perante a atividade económica e tempo de acolhimento.

### 3.3 Participantes

Este estudo contou com a participação de seis mulheres residentes na casa de abrigo. Apresenta-se uma tabela (Tabela 4) com a informação geral sobre as participantes:

**Tabela 4**

*Informação geral sobre as participantes*

<b>Participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Filhos</b>	<b>Condição atual perante a atividade económica</b>	<b>Tempo de acolhimento</b>
Rita	54	Licenciatura	1	Frequentar formação	3 meses
Alexandra	34	9º ano	3	Frequentar formação	1 ano e 2 meses
Natércia	28	11º ano	2	Empregada	1 ano e 6 meses
Eva	39	9º ano	3	Frequentar formação	11 meses
Madalena	36	12º ano	1	Empregada	2 anos
Olimpia	43	6º ano	2	Empregada	1 ano

Das seis participantes, três são de nacionalidade estrangeira no entanto a residirem em Portugal há mais de 10 anos. Todas mantinham uma relação de conjugalidade e com filhos até à sua entrada na casa de abrigo. A proveniência das participantes é de diferentes partes do país.

Todas as mulheres definiram o seu estatuto socioeconómico como médio ou médio-baixo e subsistiam antes da sua entrada na casa de abrigo, através das prestações atribuídas pelo Rendimento Social de Inserção (RSI) ou do rendimento do seu trabalho.

As participantes têm diferentes níveis de escolaridade, no entanto a maioria possui escolaridade média alta. Cinco das participantes estão acolhidas com os seus filhos; o filho de Rita é maior de idade mas preferiu ficar a residir com o pai. Das seis participantes metade encontra-se a frequentar formação de carácter profissional não subsidiada no sentido de desenvolverem competências para a aquisição de emprego. As restantes encontram-se a trabalhar há mais de seis meses. Com a exceção da Rita, todas se encontram acolhidas na casa de abrigo há um período superior a 6 meses, sendo que Madalena se encontra nessa situação já há dois anos.

Não foi tido nenhum critério especial para a escolha das participantes a não ser o de terem sofrido violência conjugal, residirem numa casa de abrigo, terem uma capacidade satisfatória de expressão verbal, consentimento para serem entrevistadas e não existirem registos de distúrbios mentais ou psicológicos anteriores ou durante o período de entrevista.

### **3.4 Procedimento**

#### **3.4.1 Recolha de dados**

Os participantes no estudo, consistiram em mulheres que concordaram em colaborar depois de informadas sobre o tema e os objetivos da investigação. As entrevistas foram

feitas individualmente e foram levadas a cabo por um entrevistador devidamente preparado para o efeito pois o autor da investigação exerce funções na instituição à qual pertence a casa de abrigo e esse facto levantava questões de ordem ética logo não poderia realizar as entrevistas. As participantes foram informadas desse facto na altura de assinarem o Termo de Consentimento Informado (Anexo B). O entrevistador estava informado deste facto assim como do código de conduta vigente no equipamento, em especial, dos aspetos que se referem à manutenção da confidencialidade relativa à localização da casa de abrigo bem como em relação às residentes.

Todas as mulheres que participaram no estudo consentiram e foi-lhes assegurado que toda a informação que revelassem ficaria anónima e confidencial. As entrevistas foram gravadas para sua posterior transcrição e análise.

Os dados foram recolhidos durante o mês de março de 2014. As entrevistas tiveram uma duração média de sessenta minutos e foram realizadas na casa de abrigo numa sala de atendimento com condições de conforto tanto para o entrevistador como para a entrevistada de forma a estabelecer um ambiente que conduzisse a alguma intimidade e tranquilidade.

### **3.4.2 Análise dos dados**

As entrevistas começaram com questões sobre os dados pessoais de cada mulher, isto é, dados sociodemográficos como a idade, estado civil, rendimentos e situação profissional anterior e atual.

No momento seguinte eram feitas questões sobre o encaminhamento para a casa de abrigo: qual foi a situação que despoletou a necessidade de ser acolhida, que a levou a aceitar essa resposta e quais foram as suas primeiras impressões sobre a casa de abrigo, mais especificamente sobre as outras residentes e sobre a equipa técnica e equipa auxiliar. Depois foram realizadas questões diretamente relacionadas com a permanência na casa de abrigo: que tipo de mudanças sentiam ter ocorrido e que estivessem diretamente relacionadas com o acolhimento, que achavam do tipo de relações interpessoais que se estabelecem na casa de abrigo tanto entre as residentes como com o staff técnico. Foram também questionadas acerca das suas expectativas em relação ao seu futuro, envolvimento em questões relacionadas com a gestão e avaliação da organização da casa de abrigo e que outro tipo de necessidades e de apoios poderia prestar a casa de abrigo.

Uma vez recolhidos e transcritos os dados, procedemos a várias leituras das entrevistas para assim se desenvolver uma familiarização com os dados (Braun & Clarke, 2006). Nesta fase apontam-se algumas notas sobre os temas revelantes que sobressaem nos dados, e esboçam-se algumas ideias para eventuais temas. O desenvolvimento de temas para a compreensão das participantes envolveu três fases distintas: numa primeira fase, identificaram-se nas transcrições as cinco dimensões, que estavam previamente definidas: (i) a casa de abrigo enquanto instituição, (ii) as motivações e expectativas para ser acolhida e primeiros dias de acolhimento, (iii) sentimentos de mudança e perspetivas de futuro pessoais, (iv) estabelecimento e qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico e (v) a importância do empowerment organizacional para as mulheres acolhidas. A primeira dimensão compreende aspetos que se prendem com a caracterização do espaço físico e a sua qualidade, organização, regulamentos, capacidade de resposta às necessidades individuais das mulheres, melhoria das condições do acolhimento. A segunda dimensão relaciona-se com a situação pessoal que levou cada uma das mulheres a ser acolhida, a forma como foram informadas acerca do acolhimento, quais as suas perceções e expectativas iniciais e atuais acerca do acolhimento e o que pesou na sua decisão de serem acolhidas. A terceira dimensão de análise está relacionada com a adaptação à casa de abrigo, que mudanças pessoais se têm verificado relacionadas com o facto de estarem acolhidas, o que pensam acerca do agressor no momento atual e onde se imaginam seis meses após a entrevista. A quarta dimensão relaciona-se com a forma com se estabelecem as relações interpessoais entre as mulheres que residem na casa de abrigo e de que forma se podem caracterizar e como se vivencia a partilha de espaços. Por outro lado, pretende averiguar também que tipo de relação existe entre as residentes e o staff técnico que trabalha diretamente na casa de abrigo desde o momento inicial até ao momento da entrevista. A quinta dimensão quer olhar o envolvimento das participantes na gestão e na avaliação da casa de abrigo e de que forma esse empowerment organizacional é observado por elas e qual a sua importância em comparação com o empowerment pessoal oferecido pela estrutura da casa de abrigo.

Nesta fase da análise de dados identificaram-se todos os extratos das entrevistas correspondentes às cinco dimensões. Os temas foram definidos após uma revisão de literatura nesta área, tendo sido baseados num estudo semelhante que teve por objetivo compreender as vivências do ponto de vista das próprias residentes numa casa de abrigo (Haj-Yahia & Cohen, 2009). Considerou-se relevante definir previamente as dimensões de análise para posteriormente se poderem identificar com maior clareza as experiências

refletidas pelas participantes, e se poderem constituir os temas gerais, os temas principais e os subtemas. Assim, a utilização de dimensões gerais pré-definidas permitiu que se estabelecesse uma base para a comparação com os resultados obtidos pelo estudo que serviu de ponto de partida para o presente. Nesta fase descobriram-se temas gerais importantes para a análise e uma segunda fase desenvolveram-se vários temas principais e destes os subtemas baseados nas transcrições das entrevistas. O facto de nenhum dos temas principais e subtemas estarem previamente definidos contribuiu para uma análise mais aprofundada e de certo modo mais rica, pois teve mais em linha de conta os relatos das participantes.

#### **4. RESULTADOS**

Esta fase do estudo irá apresentar os temas principais e os subtemas que surgiram da análise qualitativa da informação recolhida. Procuramos que o conteúdo estivesse de acordo com a experiência de mulheres que sofreram violência conjugal e que estão a residir numa casa de abrigo. A análise partiu de cinco dimensões principais: (i) a perceção das mulheres da casa de abrigo enquanto instituição, ou seja, o contexto institucional, o contexto do espaço físico e as suas potencialidades e vulnerabilidades; (ii) a perceção das motivações e expectativas que uma mulher que sofre violência conjugal tem quando decide ser acolhida numa casa de abrigo e os primeiros dias de acolhimento; (iii) as perceções das mulheres de si mesmas e das experiências da sua vida e da sua situação atual e perspetivas futuras; (iv) perceção das mulheres relativamente às relações interpessoais que estabelecem com as outras mulheres acolhidas e entre estas e o staff técnico e quais as qualidades subjetivas que atribuem a estas relações; e (v) perceção das mulheres acolhidas sobre a importância do empowerment organizacional e de que forma para elas estes aspetos são importantes para o seu processo de mudança pessoal. A apresentação dos resultados será acompanhada de exemplos retirados das entrevistas recolhidas e que se caracterizam pelo facto de serem representativos para cada um dos temas principais e para os subtemas.

Os subtemas revelados pelos resultados estão em conexão direta uns com os outros podendo por isso parecer por vezes que coincidem. Mas numa perspetiva correta, os dados são distintos e diversos, apesar de o material de algumas entrevistas ser importante para vários temas ao mesmo tempo. Assim, a partir das cinco dimensões definidas previamente, vamos num primeiro momento, definir os temas gerais e depois os temas principais e os subtemas que aparecem da análise do material recolhido.

#### 4.1. Apresentação dos Resultados

Após a análise das entrevistas, onde se identificaram pontos em comum nas transcrições das participantes no estudo, e outros que embora não sejam transversais, são também importantes, desenvolveram-se vários temas (Boyatzis, 1998, Patton, 2002, citado por Padgett, 2008) para a análise da experiência de residir numa casa de abrigo. A partir das cinco dimensões prévias, desenvolveram-se temas para: (i) a casa de abrigo enquanto instituição; (ii) motivações e expectativas para ser acolhida numa casa de abrigo; (iii) sentimentos de mudança e perspectivas de futuro pessoais; (iv) estabelecimento e qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico; (v) a importância do empowerment organizacional para as mulheres acolhidas.

Deste modo, desenvolveram-se quatro temas gerais. Os quatro temas gerais são: 1. A Casa de Abrigo, 2. Nível Pessoal, 3. Relações Interpessoais, e 4. Envolvimento Organizacional tal como estão descritos na Tabela 5.

**Tabela 5**

***Dimensões de Análise e Temas***

<b>Dimensões de Análise</b>	<b>Temas Gerais</b>
A casa de abrigo enquanto instituição	Instituição
As motivações e expectativas para ser acolhida numa casa de abrigo e primeiros dias de acolhimento Sentimentos de mudança e perspectivas de futuro pessoais	Nível Pessoal
Estabelecimento e qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico	Relações Interpessoais
Importância do empowerment organizacional para as mulheres acolhidas	Envolvimento Organizacional

O tema geral *casa de abrigo* integra aspetos relativos à caracterização do espaço físico e a sua qualidade, organização, regulamentos, capacidade de resposta às necessidades individuais das mulheres e sugestões de melhoria das condições do acolhimento.

O tema geral *nível pessoal* refere-se às motivações e expectativas para ser acolhida numa casa de abrigo, sentimentos despoletados nos primeiros dias de acolhimento sentimentos de mudança e perspectivas de futuro pessoais.

O tema relações interpessoais compreende o estabelecimento e a qualidade das relações interpessoais entre as mulheres e entre estas e o staff técnico.

O tema geral envolvimento organizacional refere-se à participação ativa e voluntária das mulheres acolhidas em processos de gestão da casa de abrigo e de avaliação de procedimentos e regras.

Para cada um dos temas gerais foram desenvolvidos diferentes temas principais tal como se apresenta na tabela 6.

**Tabela 6**

*Temas Principais e Subtemas*

<b>Temas Gerais</b>	<b>Temas Principais</b>	<b>Subtemas</b>
Instituição	A perceção das mulheres da casa de abrigo enquanto instituição	<i>Qualidade do espaço habitacional</i> <i>Controlo</i> <i>Segurança</i> <i>Ausência de privacidade</i>
Nível Pessoal	A mulher e as suas experiências pessoais na casa de abrigo	<i>Ausência de expectativas</i> <i>Isolamento inicial</i> <i>Dificuldades no processo de tomada de decisão</i> <i>Liberdade</i> <i>Independência</i>
Relações Interpessoais	As perceções das mulheres em relação às relações interpessoais com outras mulheres acolhidas e com o staff da casa de abrigo	<i>Igualdade</i> <i>desconfiança</i> <i>suporte</i>
Envolvimento Organizacional	Participação ativa e voluntária em atividades de gestão e avaliação na casa de abrigo	<i>Passividade</i> <i>Desinteresse</i>

Em relação ao tema casa de abrigo foi criado um tema principal a perceção das mulheres da casa de abrigo enquanto instituição e foram desenvolvidos quatro subtemas: *qualidade do espaço habitacional, segurança, controlo e falta de privacidade*. O tema qualidade do espaço habitacional, refere-se à forma como as participantes se referiram ao espaço físico da casa de abrigo. Todas o descreveram como tendo todas as condições. O tema da segurança está relacionado com o sentimento de proteção que a casa de abrigo transmite através das condições que apresenta. O tema controlo, relaciona-se com aspetos ligados ao regulamento da casa de abrigo, ao facto de se sentirem dependentes umas das outras, às obrigações que têm de cumprir e pelo facto de terem de ser supervisionadas por um staff

técnico que tanto lida com as suas necessidades básicas como ao mesmo tempo lhe providencia suporte emocional, psicológico e social. O tema falta de privacidade, parte do facto que este tipo de equipamento colide com a sua privacidade, pois têm de partilhar quartos, casas de banho e uma cozinha que serve para todas as pessoas que residem na casa de abrigo.

Relativamente ao tema nível pessoal foi criado um tema principal a mulher e as suas experiências pessoais na casa de abrigo e surgiram cinco subtemas: *a ausência de expectativas, isolamento inicial, dificuldades no processo de tomada de decisão, liberdade e independência*. Em relação à *ausência de expectativas*, a grande maioria das participantes referiu que na altura em que decidiu ser acolhida não tinha qualquer expectativa acerca da casa de abrigo apesar de estarem informadas sobre o tipo de resposta social mas o que queriam era proteção e segurança para as suas vidas e para as vidas dos seus filhos. O outro tema foi o isolamento inicial, que aparece de forma recorrente nas entrevistas das participantes quando lhe é perguntado sobre os primeiros dias na casa de abrigo. Referem que tiveram necessidade de se retirar do contato com as outras pessoas e em algumas situações acharam mesmo que se tinha de ir embora pois sentiam o grupo de residentes como agressivo e com atitudes de expulsão. O tema das dificuldades no processo de tomada de decisão diz respeito ao facto das participantes referirem que atualmente conseguem tomar decisões ou pelo menos pensar nesse processo mas que se sentem confusas. A liberdade refere-se ao facto de este momento poderem enfrentar a sua vida sem medo e que não se preocupam com o seu agressor nem sentem a sua falta enquanto companheiro. O tema da independência aparece quando são questionadas acerca do futuro e todas referem o desejo de terem uma vida independente e organizada junto dos seus filhos.

Relativamente ao tema relações interpessoais foi encontrado um tema principal as perceções das mulheres em relação às relações interpessoais com outras mulheres acolhidas e com o staff da casa de abrigo e foram encontrados três subtemas: *igualdade, desconfiança e suporte*. O tema da igualdade aparece de forma recorrente no discurso das participantes no estudo tanto em relação às residentes entre si como à forma que sentem que são tratadas pelo staff técnico da casa de abrigo. A desconfiança aparece associada a questões de poder e de tensão entre as residentes. As relações entre as residentes são marcadas por sentimentos negativos e que envolve sobretudo o medo de que as suas histórias não sejam privadas. O suporte aparece relacionado com o staff técnico, pois caracterizam-no como

estando sempre disponível para responder de forma imediata às necessidades das residentes e por outro lado, de forma assertiva.

O tema envolvimento organizacional produziu um tema principal participação ativa e voluntária em atividades de gestão e avaliação na casa de abrigo e gerou dois subtemas: a *passividade* e o *desinteresse*. Este tema aparece associado ao facto de as participantes não considerarem importante a sua participação no estabelecimento de decisões relativas ao funcionamento e gestão da casa de abrigo e por outro lado, também não serem motivadas para esse tipo de participação pelo staff técnico.

## **4.2. Discussão dos Resultados**

Tendo em conta os resultados obtidos, vamos agora discuti-los para compreendermos a experiência de residir numa casa de abrigo em diferentes dimensões e de como tal é percecionado pelas mulheres que aí residem.

### ***A perceção das mulheres da casa de abrigo enquanto instituição***

As mulheres que participaram no estudo descreveram a casa de abrigo como sendo um espaço físico com boas condições de habitabilidade. “*Com espaço para todos*”, refere Eva. No entanto, Natércia apesar de considerar que a casa de abrigo é boa acha que falta espaço para as crianças; para a Alexandra acha que a casa é boa apesar de não “*existir a privacidade para cada filho ter o seu quarto*”, pois tem acolhidos na casa de abrigo juntamente com ela mais três filhos.

As mulheres dizem que habitam num espaço em que têm de ser dependentes umas das outras “*por vezes queremos fazer uma coisa mas não podemos porque temos de nos adaptar à vontade umas das outras*” diz Olímpia. As suas relações encontram-se em grande parte organizadas por regras e obrigações. Natércia afirma, “*quando não existem regras nada funciona*”, mas para Rita “*algumas das regras acho que são absurdas, engraçadas*”. As regras, o regulamento e as obrigações que têm são muitas vezes entendidas pelas participantes como formas rígidas e até estranhas. Afirma Olímpia “*na minha casa não tinha regras. Era tudo mais livre. Mas aqui tem de ser*”. Por outro lado, o controlo atribuído às regras também é entendido por estas mulheres como uma forma de reforçar a segurança e permitir que diferentes mulheres com diferentes proveniências geográficas, sociais e culturais possam viver de forma a evitar um ambiente de tensão ou de conflito permanente, apesar desta adaptação às regras não ser sempre fácil como algumas apontam.

Este tipo de ambiente impede o sentimento permanente de privacidade, pois têm de dividir o quarto, as casas de banho e a cozinha. “*Não é tipo um hotel*”, caracteriza Natércia o facto de ter de dividir espaços. Para a maioria das mulheres entrevistadas a adaptação à divisão de espaços como a casa de banho foi o mais complicado. Haj e Cohen (2009) referem que dentro da instituição, a vida privada da mulher torna-se pública e todos os processos de mudança que vão experienciar passam a ser do domínio coletivo.

Quando se lhes pergunta se acham que a casa de abrigo pode servir para outros aspetos, na maioria acham que não. Acham mesmo que a casa deve servir apenas para apoiar cada situação individualmente. Apenas duas participante referem que seria importante trabalhar aspetos relacionados com as competências parentais e que o espaço exterior deveria de ser maior para que as mães e as crianças pudessem sair em segurança. Dizem ter acesso a diferentes tipos apoio e que isso as satisfaz, no entanto, Natércia refere que poderia existir uma maior ligação com os centros de emprego de forma a agilizar as respostas visto que esta é a grande fragilidade para a rapidez do seu processo de autonomização. Mesmo as sugestões que fazem, passam sobretudo por aspetos ligados a rotinas da casa de abrigo, como horários para a lavagem da roupa ou para serem colocadas nas ementas mais vezes batatas fritas.

Acham que todas são tratadas de forma igualitária na casa de abrigo, que não existem tratamentos diferenciados mas atenção especial para a situação de cada uma. De forma geral, todas as participantes já pensaram em sair de forma definitiva da casa de abrigo mas vêm-se impedidas pois não têm local para onde ir. No entanto os filhos e as dificuldades económicas são os motivos para a sua permanência. Os motivos apontados para essa vontade de sair da casa de abrigo prendem-se sobretudo com conflitos com outras residentes.

Para elas pedir ajuda numa situação de violência doméstica é fundamental e aconselhariam outras mulheres a tomarem a decisão de serem acolhidas. Mas para ficarem, as opiniões são diversas. No entender de Olimpia a ida para uma casa de abrigo deveria de ser para lutar e não ficar acomodada num espaço em que lhe dão tudo; para Rita só se não tivesse filhos pois por “*vezes é tudo muito rígido*”. Madalena diz “*eu também não tinha ideia [da casa de abrigo]. Ouvia falar, mas nada como ir e viver. (...) Não têm de levar a vida toda*”.

Por um lado a perspetiva das participantes relativamente à casa de abrigo enquanto instituição é de que se trata de um ambiente fechado, por outro lado é um ambiente

tranquilo, protetor e seguro. A ênfase é colocada na percepção das mulheres de que estão a residir num espaço fechado onde se sentem dependentes umas das outras, sujeitas a regras e a obrigações, supervisionadas por um staff técnico que lhes providencia apoio para as suas necessidades básicas e serviços de apoio para promover o seu desenvolvimento emocional, profissional e pessoal e ainda dar apoio a questões jurídicas.

Goffman (1961) citado por Haj e Cohen (2009), propôs uma tipologia para tipificar as pessoas que residiam em instituições fechadas, como prisões ou hospitais, que consistia em quatro padrões de ajustamento. O primeiro padrão é a regressão situacional, no qual o residente se relaciona unicamente com os acontecimentos que são diretamente relevantes para si e para a sua existência e observa esses eventos apenas do seu ponto de vista que não é na maioria das vezes o mesmo das pessoas que o rodeiam. O segundo tipo de padrão é a rebelião, no qual o residente se revolta contra a instituição e expressa de forma explícita ou implícita a sua recusa em cooperar com o staff técnico. Este tipo de comportamento segundo Goffman representa a primeira etapa de permanecer numa instituição e é mais tarde substituído por outros tipos de ajustamentos. O terceiro padrão de ajustamento é a colonização e que se caracteriza por uma adaptação do residente à instituição e da qual ele retira o máximo de satisfação e proveito possíveis. O quarto padrão de ajustamento é a mudança e a transformação. Neste tipo de ajustamento o residente adota completamente a perspectiva do staff técnico e a sua auto imagem é em conformidade com isso. Não se consegue classificar nenhuma das participantes dentro destes quatro tipos de ajustamentos mas os dados recolhidos indicam-nos que as participantes adotam diferentes padrões em diferentes períodos de tempo durante o seu acolhimento na casa de abrigo. No entanto, o padrão dominante é o da colonização. Tal como no estudo de Haj-Yahia e Cohen (2009), as mulheres tentam ganhar o máximo de benefícios com a sua permanência na casa de abrigo de forma a melhorar a sua situação, seja através da procura de emprego e do desenvolvimento de competências específicas para essa tarefa ou seja para a resolução mais rápida e orientada das questões legais que apresentam. Como diz Olimpia, “ *nós estamos aqui fechadas e ele está solto(...) mas o melhor é olhar para a frente*”.

Apenas uma das mulheres adotou o padrão da rebelião aquando da sua chegada à casa de abrigo, colocando em causa as regras, demonstrando que se poderiam fazer as coisas de uma outra forma mas depois adotou o padrão da colonização.

Ainda de acordo com Gofman, quatro das participantes apresentaram o padrão da mudança e da transformação, quando indicaram que o staff técnico acha que elas estão bem e as participantes tentam funcionar de acordo com essa ideia.

Tal como no estudo de Tutty, Weaver e Rothery (1999), as participantes indicam que a casa de abrigo se revela um espaço de segurança e tranquilidade, dando-lhes espaço para se repensarem e poderem reavaliar as prioridades para as suas vidas.

Apesar de se encontrarem dentro de uma instituição, as participantes não lhe atribuem os aspetos negativos que muitas vezes aparecem associados a instituições fechadas: austeridade, rigidez e autoritarismo. Tal como no estudo desenvolvido por Haj-Yahia e Cohen (2009), as participantes parecem conformar-se com as tarefas que lhe são atribuídas bem como com o regulamento interno compreendendo a sua importância para a organização da casa de abrigo e por outro lado como forma de garantir a segurança e a proteção a todas as pessoas que aí residem e trabalham. Não criticam as tarefas quotidianas ou os horários estabelecidos ou a participação nas reuniões de grupo, em ações de formação e sensibilização ou em atividades de lazer planeadas para fora da casa de abrigo. A queixa principal é sobre o isolamento forçado e sobre a vida com características comunitárias.

### ***A mulher e as suas experiências pessoais na casa de abrigo***

Este tema foca-se sobretudo no momento do acolhimento e por outro lado naquilo que são os seus sentimentos em relação a si mesma e também em relação à violência conjugal no momento atual. Aqui é colocada a tónica nos sentimentos, pensamentos e comportamento durante um período de tempo: desde a sua fuga até ao momento da entrevista para este estudo.

Falam sobretudo da forma como a casa de abrigo as afetou e como moldou a sua identidade e a sua definição pessoal. Os sentimentos das mulheres acerca das suas identidades e das suas vidas são ambivalentes, incertos e até ambíguos e parecem estar num estado permanente de cristalização ou de mudança. Diz Eva “(...) não tenbo sentido mudanças nenhuma devido a querer ter algo e não conseguir (...) mas sinto-me mais ativa”. Tudo isto é acompanhado na maioria das situações por sentimentos intensos. “Acho que estou mais sensível às coisas. Comovo-me muito mais” afirma Rita. Isto é assim, porque aparentemente estas mulheres se encontram no processo de tomar decisões acerca do futuro das suas vidas e a sua ambivalência está muito presente. As descrições das mulheres vão do mais fatalístico,

“*não consigo imaginar o meu futuro*” diz Rita até descrições de si mesmas como tendo liberdade de escolha e oportunidades, “*agora faço tudo*” afirma Alexandra. Parece que estas mulheres estão sempre numa espécie de monólogo interno consigo mesmas que vai de um oposto ao outro; do medo à liberdade. O processo de tomada de decisões é difícil e parece que se encontra bloqueado tanto por fatores externos, como as dificuldades em ter um emprego estável e daí poder perceber com mais clareza um futuro mais seguro, como por fatores de ordem interna, como a falta de reconhecimento de si mesmas ou ainda dúvidas em relação à mudança. No entanto as respostas a este nível são ambivalentes. As mulheres que são capazes de influenciar a direção das suas vidas e que tentam aproveitar a sua estadia na casa de abrigo da melhor maneira descrevem a sua experiência como benéfica. Noutras esta ambivalência é patente e Olimpia descreve-a bem “*agora choro pela mudança*”.

No entanto, paralelamente a isto, existe um sentimento geral de sentimento de mudança e através do qual se tornam mais adaptadas e felizes. “*Sinto-me calma, feliz, tranquila. (...) Durmo a noite toda*”, afirma Madalena. Sentem-se mais fortes e mais competentes e por isso também se tornam mais práticas e funcionais. Alexandra descreve este processo como sendo gradual e de autodescoberta assim como vai desenvolvendo o sentimento de confiança nas outras pessoas. Para Rita, a estes aspetos soma-se o facto de poder utilizar algumas das suas competências para poder auxiliar outras mulheres na casa de abrigo e essas experiências têm-na reforçado positivamente e de alguma forma vão dando um sentido ao seu quotidiano na casa de abrigo. “*Estou a conseguir graças à casa e às regras da casa*”, refere Madalena, por outro lado, outras definem a sua permanência como difícil e confusa, como foi o descrito por Eva, “*não tenho sentido mudanças nenhuma (...) Fico muito em baixo. Noutras alturas estou muito bem e motivada*”.

Algumas residentes referem que finalmente conseguiram “*estar*” em contato consigo mesmas, que são capazes de identificar as suas capacidades e os seus desejos, que aprenderam a ser assertivas, “*se sei que tenho razão sou direta e em casa não era assim*”, diz Madalena. Sentem-se mais independentes, são capazes de tomar a iniciativa e expressam um desejo muito forte de não voltarem para o companheiro, de serem livres e serem capazes de gerir as suas vidas e as dos seus filhos. “*Eu lá fora tinha tudo mas não tinha nada. Ele ficava com tudo. Eu estava fechada dentro de uma casa sem nada. Aqui ganhei muita coisa*”, diz Alexandra.

Acreditam terem ganho a liberdade que associam ao bem-estar com elas e dos seus filhos. Natércia afirma que foi através da casa de abrigo que ganhou a liberdade de poder

enfrentar a sua comunidade e de lhes mostrar que muitas das coisas que lhe aconteceram estão erradas e que também não podem ser justificadas pela religião.

No momento da sua chegada à casa de abrigo a grande maioria das participantes neste estudo não tinha quaisquer expectativas em relação aquilo que poderia acontecer-lhes pelo facto de serem acolhidas num espaço deste género. Com a exceção de Madalena, para todas foi a primeira vez numa casa de abrigo e a única necessidade que tinham era a de sentirem em segurança e protegidas e o mesmo em relação aos seus filhos. O que motivou o acolhimento foram situações diversas mas na grande maioria das situações o facto de a violência estar a afetar psicologicamente os filhos tornou-se o grande motivo para os seus pedidos de ajuda e para além disso, a grande sensação de medo em que viviam. Num dos casos chegou a existir ameaças de morte. No entanto, referem que se não fosse pelos filhos teriam saído mas não teriam ido para uma casa de abrigo pois não conheciam bem este tipo de instituição. Forma todas informadas do local para onde iam e do facto do mesmo ter um conjunto de regras mas o mais importante na sua decisão foi a segurança dos filhos. Diz Natércia *“é um pilar a que a gente chega. No momento em que cheguei não tinha noção de nada”* e Eva confirma *“só queria sair dali. Nem pensei nisso. O meu instinto era sair de lá.”*

Os primeiros dias numa casa de abrigo são descritos pelas participantes como particularmente difíceis. Duas das participantes chegaram mesmo a pensar em sair e voltar para casa, mas o elemento motivador desta decisão era, segundo elas, o facto de os filhos terem saudades do pai e por outro lado ter sido complicado estabelecer contato com as outras residentes. A sensação de isolamento inicial é partilhada pelas participantes, sendo muitas vezes descrito como um momento duro e que passavam grande parte do tempo no seu quarto. Acharam a forma como foram acolhidas muito agradável. Para Natércia estes momentos iniciais foram vividos com muita confusão: *“fiquei confusa. A dizer a mim mesma: Mas quem sou eu? Porque estão a fazer isto por mim? (...) Nunca esperei e ajudavam-me”*. Já Madalena teve dificuldades em se adaptar ao grupo de residentes que estava acolhido aquando da sua entrada na casa de abrigo, chegando mesmo a solicitar a sua transferência para outra casa de abrigo: *“ estava saturada. (...) apesar de não me encaixar no grupo conseguiram [o staff técnico] fazer perceber às pessoas o que se passava. Depois as pessoas pediram desculpa e tudo se resolveu”*. Este isolamento inicial é considerado por elas como um processo normal de adaptação a uma realidade que para a grande maioria delas é nova. Alexandra refere que *“ isolei-me e não confiava em ninguém”*. Olímpia descreve desta forma *“nos primeiros dias parecemos um extraterrestre”*.

Em relação ao companheiro que as maltratava sentem-se protegidas. Afirmam já ter sentido muito receio de o enfrentar depois de estarem acolhidas na casa de abrigo mas quando o tiveram de fazer, por exemplo na conferência de pais para a regulação das responsabilidades parentais afirmam terem-se sentido bastante bem e sem medo. Em relação ao futuro não pensam reestabelecer os laços, Olimpia refere mesmo “ *Tantos anos juntos e não era desta forma que tínhamos de terminar. Queria ficar até à velhice. Agora não quero saber dele para nada*”.

Quando falam do futuro, são consensuais: imaginam-se numa casa sua com os seus filhos. No entanto, o obstáculo á concretização rápida desse desejo é sempre o emprego. Diz Eva “ *Ter o meu trabalho e ser feliz. Porque mereço ser feliz*”.

A perspetiva das participantes em relação a si mesmas está muito assente na forma como se veem e sentem atualmente desde que estão acolhidas na casa de abrigo e que o processo de adaptação a uma nova realidade se encontra praticamente concluído. A ênfase é colocada sobretudo naquilo que são capazes de fazer, como se sentem mais fortes, se são capazes de lidar com todos os desafios e tarefas que as esperam quando começarem uma nova fase nas suas vidas e se vão ser capazes de ser independentes e de gerir as suas vidas de forma autónoma. Não colocam nunca a questão de voltarem para as suas vidas anteriores marcadas pela violência e em especial para o agressor. Existe um discurso interno constante de avaliação das capacidades pessoais e de interrogação em relação ao futuro que são capazes de imaginar mas que por vezes lhes parece ainda muito pouco palpável. Existe uma grande ambivalência entre o que se pensa ser capaz e aquilo que se é capaz de fazer.

Alguns estudos apontam este facto como estando relacionado com a permanência na casa de abrigo. A chegada de uma mulher a uma casa de abrigo e o seu primeiro encontro com a sua situação pode intensificar a sua depressão. O sentimento da depressão pode afetar o seu bem-estar psicológico, a sua satisfação de viver, o seu sentido de controlo sobre a sua própria vida, sobre a sua autoimagem e sobre a sua autoestima (Campbell, R., Sullivan, C. M. & Davidson, W.S., 1995). Haj-Yahia e Cohen (2009) citam Dutton (1992), para afirmarem que a violência doméstica obscurece a autodefinição das mulheres.

Segundo Haj-Yahia e Sadan (2003), uma grande parte das mulheres que sofre violência conjugal perde a capacidade para antecipar o que lhes vai acontecer. Ainda segundo estes autores, assim em vez de perceberem que os eventos violentos vão ocorrer novamente, elas

ficam muitas vezes incapazes de prevenir ou controlar esses acontecimentos. Com isto, as mulheres que são maltratadas experienciam um processo de destruição do sentido de si mesmas porque são forçadas a adaptar-se a outros e o seu espaço pessoal não fica definido e a sua capacidade para agirem de acordo com as suas necessidades e desejos fica apagada porque se focam nas necessidades dos companheiros maltratantes. Laks (2000) referido por Haj-Yahia e Cohen (2009), percebeu que depois da experiência dos maus tratos, os sentimentos mais referidos pelas mulheres são os que se relacionam com uma enorme incapacidade de se ajudarem ou pedirem apoio, sentimentos de aprisionamento e de estarem num beco sem saída. Segundo este autor, a única preocupação das mulheres é conseguirem preservar as suas vidas.

Este tipo de funcionamento está patente no grupo de participantes. Perderam a confiança na sua capacidade pessoal de julgar, nas suas intuições e nas suas emoções e acreditam que não serão capazes de se ajustar a novas condições na sua vida.

#### ***As percepções das mulheres em relação às relações interpessoais com outras mulheres acolhidas e com o staff da casa de abrigo***

Este tema aborda a forma como as mulheres percecionam as suas relações pessoais com as outras mulheres que residem na casa de abrigo e com o staff técnico. Estas percepções refletem-se numa diversidade de sentimentos, pensamentos e comportamentos que caracterizam a forma como se estabelecem as relações interpessoais e que também se vão alterando de acordo com o tempo de permanência na casa de abrigo e com o grupo de residentes e com o staff técnico e a sua orientação.

Este tema relaciona a percepção das participantes em relação à intimidade e amizade com as outras mulheres e fazendo também a oposição através de sentimentos de distância e desinteresse. Também aborda a forma e a extensão como as mulheres se sentem livres para partilhar as suas vivências entre elas, sentimentos de abertura, entendimento e disponibilidade para o outro. De facto, a maioria das mulheres entrevistadas expressaram sentimentos de distância e desinteresse entre as residentes da casa de abrigo e muitas delas não têm relações que considerem positivas ou genuínas. No entanto, algumas das participantes expressaram sentimentos de ambivalência e até positivos apesar de a grande maioria ter referido mais aspetos negativos.

As participantes quando descrevem os contatos iniciais com o grupo de mulheres que já residia na casa de abrigo na altura do seu acolhimento, falam de afastamento e de

sentirem necessidade de se isolarem. Alexandra chega mesmo a achar que o isolamento que sentiu no início se devia ao facto de vir de outra zona do país; Natércia não entendia porque motivo a faziam sentir que pertencia ali pois tinha uma religião e uma cultura diferentes das restantes mulheres acolhidas.

Rita diz que teve de aprender a relacionar-se com as outras mulheres, “*acreditar nas pessoas todas aqui não se consegue. Estou sempre de pé atrás. Confiar não confio*”. Afirma que as relações entre as mulheres na casa de abrigo se caracterizam muito por lutas de poder e tensão. Diz que as mulheres discutem e ficam zangadas umas com as outras pelas coisas mais pequenas e sobretudo por causa dos filhos: “*o problema são os filhos. Porque cada mãe tem de proteger a sua cria*”. Rita refere que o seu contato com as outras mulheres no início a fez sentir-se confusa e ansiosa e que por outro lado, lhe fizeram reviver situações e memórias traumáticas com as quais ela não quer lidar nem lembrar-se. Rita refere que “*conviver em certo tipo de pessoas, pega-se a maneira de ser. Não é minha intenção sair pior do que entrei*”.

Alexandra prefere isolar-se e não gosta que lhe perguntem o que se passa consigo, “*expludo logo*” afirma. Por outro lado, “*não tenho amigas na casa. Não falo com ninguém mas já começo a confiar*”. Refere que em relação à entajuda não se posiciona da mesma forma em relação a todas: “*se tiver de ajudar umas ajudo; outras não*”. Para Natércia no geral a qualidade das relações é boa mas tem de ser através das regras pois “*é difícil. Cada um é diferente e cada um pensa diferente*”. Para ela outro aspeto que refere é o ambiente por vezes de constante falta de confiança e de não se perceber até que ponto as outras mulheres são capazes de guardar a informação que sabem umas das outras: “*outras querem descobrir mais do que devem para fazer comentários*”.

Para Madalena as relações desenvolvem-se desta forma tensa e conflituosa como resultado das vivências anteriores marcadas pela dor e pela frustração. As mulheres quando chegam à casa de abrigo já tiveram a sua dose de humilhação e sempre lhe foi dito para se submeterem, para se calarem; para se renderem e ficarem em silêncio. “*Acho que quando chegamos vimos tão saturadas. Depois achamos que temos de ganhar alguma coisa aqui dentro e daí surgem os conflitos*”. Segundo Madalena, a forma de se sentirem compensadas por tudo o que lhes aconteceu é reagiram de forma agressiva e quase nunca querem chegar a um compromisso de entendimento entre elas.

O tipo de relações que estabelecem varia entre as relações de solidariedade e de entajuda como entre o isolamento e o poder. Para Rita na casa de abrigo “*amizade não*

*porque acho uma palavra forte*”, por isso fala em relações de proteção quando tenta fazer perceber a outra mulher que aquilo que lhe foi dito por outra pessoa não tinha a intenção de a prejudicar ou ofender. Sente que com ela algumas das mulheres são solidárias mas que se isolam muito e sobretudo por causa dos filhos.

Para Natércia a questão do poder nas relações entre as mulheres que residem na casa de abrigo existe e pode até ser uma questão grave e que é sempre resolvida pelo staff, “*umas acham que têm mais poder, mas depois a equipa ajuda a perceber que somos todas iguais*”. Para Eva a questão do poder também é clara “*algumas gostariam de ter mais poder (...) aqui são todas iguais*”. Refere também a questão dos conflitos e de que não gosta deles pois lhe fazem lembrar a vida anterior. No entanto, refere que existe entreajuda entre todas as mulheres e que na grande maioria das vezes conseguem sozinhas resolver as questões. No entanto aponta também o staff com uma das formas mais rápidas para solucionar os problemas e impedir que estes se agravem.

Madalena afirma ter relações de amizade com mulheres que residem na casa de abrigo e até com outras que já saíram. Em relação à disputa pelo poder já a sentiu muitas vezes “*existe sempre alguém que se quer destacar*”. Descreve um ambiente que pode ser de mentiras, egoísmo e por vezes de manipulação entre as mulheres da casa de abrigo. No entanto, afirma que existe sempre espaço para poderem falar e dizer aquilo que pensam, mas que só o faz com as mulheres com que sente à vontade.

Olímpia a propósito das questões de poder afirma “*quando alguém quer ser mais forte, nós dizemos que tu és igual a mim*”. No entanto descreve um bom ambiente. Que na maioria das vezes elas podem partilhar entre si os seus sentimentos e aquilo que pensam mesmo que por vezes possam ser mais duras.

Todas referem de forma geral que existe um sentimento de coesão e de relacionamento entre as mulheres da casa de abrigo. Que se por vezes estão a lidar com um problema conseguem pedir apoio umas às outras. No entanto, estes sentimentos aparecem mais associados às rotinas quotidianas como por exemplo troca de tarefas porque não é possível cumprir naquele dia ou irem buscar os seus filhos à escola.

Para a grande maioria, e até porque foi neste tema que deram as respostas mais curtas, o aspeto das relações interpessoais entre as mulheres da casa de abrigo não é percebido de uma forma muito positiva. As participantes sentem que não recebem apoio suficiente umas das outras e que os sentimentos de amizade e de solidariedade entre as mulheres não

são fáceis de conseguir. Em vez disso, parece prevalecer um sentimento de distância e quase de hostilidade. As mulheres que descrevem ter criado um sentido de solidariedade no grupo e de ajuda mútua perceberam que essa era uma forma de transformarem o seu acolhimento na casa de abrigo numa experiência benéfica. Por outro lado e contrastando com isto, as mulheres que descrevem as relações interpessoais como negativas afirmam que isso pode conduzir a uma má experiência do acolhimento. Se por um lado, as participantes falam na importância de se estabelecerem relações honestas e de solidariedade entre elas, são, por outro lado, muito desconfiadas e receosas acerca do estabelecimento de relações de proximidade entre si.

Em relação à percepção da relação que as mulheres estabelecem com o staff da casa de abrigo e com a qualidade da mesma, é no geral muito positiva. Apesar de nalgumas situações terem preferências por técnicos assumem que todos desempenham de forma adequada o seu papel.

No momento do acolhimento todas foram recebidas por elementos do staff que as fizeram sentir-se bem e que lhes deram a conhecer a forma como a casa de abrigo funciona. Foi de tal forma marcante esse momento, que a grande maioria das participantes se recorda da data e do dia da semana em que chegaram à casa de abrigo. Durante a sua estadia, as mulheres recebem apoio psicológico, jurídico e social.

Nas entrevistas, a maioria das mulheres falaram da experiência positiva que têm com o staff e que estão muito satisfeitas com aquilo que é promovido por ele. Descrevem o staff com estando sempre disponível, acessível, numa atitude sincera e cordial. Para a maioria, as mulheres mencionam que as relações se estabelecem no tratamento igualitário e na parceria; não descrevem atitudes autoritárias. Falam de um sentimento de intimidade que lhes permite sentirem-se mais fortes. Sentem que podem partilhar as suas situações com o staff e que estes são capazes de conter essa informação e de lhes darem outras hipóteses de resolução do problema. Dizem também que o staff é muito dedicado e que está aberto a diferenças. Este foi um facto mencionado por Rita: *“gostei muita da diversidade de origens; tem pessoas de três continentes”*. Refere que algumas residentes têm medo do staff e explica que se deve ao facto de não perceberem que existem hierarquias.

Para Eva, o difícil foi ter apoio psicológico pois teve de *“mexer em coisas que não queria”*. Olimpia diz que o staff técnico a ensinou a falar e a discutir, *“sabem tocar naquele lado, mau e*

*bom*". Para Madalena a relação com o staff é boa "*mas eu conto que se passa. Não é mentira. Não ando com histórias. Não merecem [staff técnico] pela ajuda que me têm dado*".

A atitude geral das participantes em relação ao staff da casa de abrigo é de gratidão e grande proximidade e percebe-se através das entrevistas que o staff é muitas vezes um recurso para a resolução dos conflitos entre as residentes da casa de abrigo.

Neste tema colocou-se a sua importância sobretudo nos aspetos da intimidade e da amizade em contraste com a distância e o desinteresse. Os dados são consistentes com aquilo que é descrito por Hoff (1990), que afirma que as relações com outras mulheres maltratadas são o primeiro aspeto com que as participantes têm de lidar no momento em que chegam à casa de abrigo. Segundo Haj-Yahia e Cohen (2009), o tipo de apoio mais importante que é dado numa casa de abrigo é aquele que as mulheres dão umas às outras: a capacidade de se escutarem, de se perceberem diferentes, de serem capazes de integrar o conflito nas suas vidas como um aspeto positivo da dinâmica social e o desenvolvimento de instrumentos de solidariedade.

Isto está patente também no enorme apoio que recebem na casa de abrigo, pois o grupo de mulheres que aí reside estabelece-se como um grande grupo de ajuda mútua informal que fomenta a sua capacidade de expressão emocional e de aceitação de si mesmas e dos outros visto que as mulheres maltratadas têm grandes dificuldades em falar abertamente com as suas famílias sobre os seus problemas (Cannon & Sparks, 1989).

A forma como as participantes se referem ao que estão a sentir atualmente ou mesmo sobre os seus agressores, representa de acordo com Haj-Yahia e Cohen (2009), um processo de libertação e de superação do medo. Por outro lado também os seus sistemas de trocas se alteram com a sua permanência na casa de abrigo. Tornam-se mais conscientes do seu problema e tal como as participantes indicam, conseguem de uma forma mais direta interagir com mulheres que têm problemas semelhantes aos seus. Assim, transformam-se num grupo de referência, em que cada membro experiencia a sua situação e ao mesmo tempo serve de modelo aos outros elementos do grupo.

As relações entre as mulheres na casa de abrigo estão dependentes das suas características pessoais e das suas motivações para se vincularem e para estabelecerem laços em comum e nas atividades que a casa de abrigo promova para fortalecer a coesão assim como uma cultura organizacional da casa de abrigo estabelece também normas para o comportamento. Estas relações dependem muito das relações entre o staff e da forma

como tratam as mulheres. Normalmente o staff é visto como um modelo pelas residentes e tem um papel decisivo no grau de satisfação da mulher sobre a casa de abrigo e na sua capacidade para esta se sentir encorajada a permanecer e a pensar a sua vida.

As participantes no estudo manifestaram a sua satisfação nas suas relações com o staff. Apesar de algumas críticas, as residentes confiam na capacidade de decisão e de discrição do staff e por outro lado, sabem que são um garante de proteção, tranquilidade e tratamento igualitário. Por outro lado, também lhe reconhecem competências técnicas para desenvolverem cada processo de forma individual e personalizada, tal como Tutty, Weaver e Rothery (1999) referem nas conclusões do seu estudo sobre o grau de satisfação das mulheres acolhidas em casas de abrigo. Também no estudo de Haj-Yahia e Cohen (2009), apesar das participantes não o referirem de forma clara e repetida, também existe entre as mulheres acolhidas e o staff técnico por vezes um ambiente de tensão causado por lutas de poder, sobretudo quando as vontades não são idênticas.

### ***Participação ativa e voluntária em atividades de gestão e avaliação na casa de abrigo***

Este tema está relacionado com a participação das mulheres residentes na casa de abrigo em atividades relativas à gestão e avaliação seja em cooperação com o staff técnico ou de forma autónoma mas enquadrada num modelo organizacional.

As participantes não parecem estar envolvidas em atividades ligadas diretamente à casa de abrigo, excetuando as reuniões para organização e calendarização das tarefas domésticas mas que mesmo estas são dirigidas por elementos do staff. Ao nível das sugestões para melhorar a casa de abrigo, estas referem sobretudo aspetos que se prendem com a organização diária das tarefas. Alexandra afirma “*o que tem de ser feito tem de ser feito. Nós concordamos por isso não temos de alterar e não temos de ser nós a alterar*”. Por outro lado, essa necessidade de melhoria fica colocada do lado do staff da casa de abrigo pois as sugestões são todas para o staff equacionar, porque no entender das participantes tudo está bem.

Percebe-se que existe nas participantes uma confusão entre envolvimento pessoal e envolvimento organizacional. Diz Natércia, “*fazemos reuniões e damos a nossa opinião*”; no momento do acolhimento de novas residentes, diz Madalena “*quando chega uma nova residente é apresentada e depois depende da pessoa. Eu não forço*”, também não existe um envolvimento estruturado por parte das residentes, estando toda a tarefa de acolher a nova mulher com o staff. Isto poderá ser provocador do isolamento inicial que todas as participantes referiram.

Torna-se claro das respostas das participantes que estas não são envolvidas na gestão da casa de abrigo. Elas não participam nas reuniões do staff sobre a casa de abrigo ou sobre a sua manutenção. Elas são passivas no que diz respeito ao desenvolvimento de intervenções e na tomada de decisões que digam respeito à casa de abrigo onde elas vivem e para além das reuniões de organização das tarefas não têm mais nenhuma participação na manutenção da casa de abrigo. Tal como Haj-Yahia e Cohen (2009) verificaram no seu estudo, as mulheres parecem ser geridas pela casa de abrigo e dessa forma a casa de abrigo trabalha para elas em vez de trabalhar juntamente com as residentes. A contradição entre as experiências que as mulheres referem e a sua exclusão do processo de tomada de decisão pode ser entendido como que nada seja feito para promover a sua colaboração a estes níveis e assim, as residentes não esperam ser envolvidas e para elas tudo está como devia de estar. Isto pode demonstrar algum desinteresse, mas pode também querer significar que as mulheres não se achem importantes o suficiente para se sentirem envolvidas na administração da casa de abrigo ou que exista interesse do staff técnico em ter um maior envolvimento das mulheres na participação direta em atividades desse género (Gengler, 2012; Abrahams, 2007).

Hoff (1990), afirma que as mulheres na casa de abrigo estão mais preocupadas com problemas pessoais (financeiros e pessoais) e não estão disponíveis para assumirem novas responsabilidades. Para além disso, segundo este autor, elas têm discussões frequentes que evitam que consigam tomar decisões em comum e chegam facilmente a consenso.

No entanto, a participação em atividades diretamente relacionadas com a casa de abrigo conduz ao empowerment, tal como Haj-Yahia e Cohen (2009) observam. Este processo de empowerment é validado quando é experienciado por indivíduos num cenário coletivo em que se encoraja e apoia a superar os problemas não só numa dimensão pessoal mas também organizacional. Para estes autores, a situação pessoal é mais facilmente ultrapassada se for dada importância ao grupo e que este possa de forma ativa participar na gestão da casa de abrigo. Tal como Aber, Maton e Seidman (2010) referem, que ambientes organizacionais que integrem participação, incentivos, tomada de decisão participada, tornam possível o surgimento de empowerment cívico e social, que é importante tanto para o desenvolvimento das histórias pessoais como para o desenvolvimento das histórias do grupo enquanto organização. A participação ativa em atividades ligadas diretamente ao funcionamento da casa de abrigo poderiam suscitar e reforçar o empowerment destas mulheres ao nível de outras competências sociais.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo permitiu compreender, recorrendo a uma análise qualitativa dos dados recolhidos, as vivências de seis mulheres que sofreram violência conjugal e que residem numa casa de abrigo. Através da análise dos resultados foi possível, percebermos melhor qual a sua vivência num espaço deste género, desde o tipo e qualidade das relações interpessoais que estabelecem com outras mulheres maltratadas e com o staff técnico, a importância e função das regras e das obrigações num espaço com estas características e o seu nível de envolvimento pessoal na estrutura organizacional da casa de abrigo.

Em relação à primeira questão colocada por este estudo que se prendia com a perspectiva que as mulheres acolhidas têm da casa de abrigo enquanto instituição, conclui-se que para as participantes neste estudo, as condições físicas da casa de abrigo são boas e adequadas. Dos dados recolhidos, não aparecem queixas relativas às tarefas domésticas que têm de desempenhar na casa de abrigo nem em relação aos horários pré-estabelecidos nem apresentam quaisquer dúvidas em relação prestação dos diferentes tipos de apoio que a casa de abrigo oferece. A sua maior reclamação prende-se com o facto de sentirem falta de maior privacidade. Podemos concluir também que, as regras não são um obstáculo mas antes uma forma de garantir a convivência e a segurança na casa de abrigo. A segurança é sentida por todas as mulheres como o aspeto mais importante. É defendida por todas e não deve ser comprometida, por isso valorizam tanto os aspetos que se prendem com as rotinas. Pode concluir-se, que as questões institucionais associadas à casa de abrigo são vividas de uma forma adaptada, isto é, as regras e as obrigações têm uma função reguladora e securizante no entanto, as questões físicas do espaço colidem com a privacidade das residentes (Grossman, Sullivan & Crabtree-Nelson, 2010; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Tutty, Weaver & Rothery, 1999).

A segunda questão levantada por este estudo estava relacionada com as motivações e expectativas que as mulheres têm quando decidem ser acolhidas numa casa de abrigo. Conclui-se dos dados recolhidos, que as participantes não tinham qualquer tipo de expectativas em relação à casa de abrigo nem em relação ao tipo de intervenção desenvolvida durante o seu acolhimento. A sua grande motivação para serem acolhidas, é garantir a sua segurança e proteção bem como a dos seus filhos. Dos dados recolhidos, ressalta também a difícil adaptação inicial à casa de abrigo, que se deve sobretudo ao facto de terem de partilhar espaços e de se terem de confrontar com outras mulheres. Este primeiro impacto, gerador de ansiedade, provoca, tal como os dados referem, pensamentos

de abandono da casa de abrigo e noutras situações mesmo a fazerem o pedido de transferência junto do staff por não se estarem a conseguir envolver no grupo e se sentirem excluídas deste. Podemos concluir, que os primeiros momentos na casa de abrigo são cruciais para a sua motivação e para o seu empowerment pessoal, pois a falta de expectativas ou o desconhecimento do novo ambiente a que vão ter de se adaptar podem ser geradores muitas vezes de motivos para o regresso à relação abusiva (Grossman, Sullivan & Crabtree-Nelson, 2010; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Tutty, Weaver & Rothery 1999; Campbell, Sullivan & Davidson, 1995).

A terceira questão abordada pretendia saber quais eram as mudanças que as mulheres sentiam tanto pessoalmente como ao nível das suas competências e que estivessem associadas ao facto de se encontrarem acolhidas numa casa de abrigo. Descrevem sentimentos de força e de liberdade e a forma como são capazes agora de lidar com as dificuldades que se lhes apresentam e que sentem estar a vivenciar uma nova fase nas suas vidas. No entanto, o sentimento ambivalente de capacidade e incapacidade está presente nos seus discursos. Se acham que são capazes agora de controlar as suas vidas acham também que não o vão conseguir fazer quando saírem da casa de abrigo. Para esta situação, segundo os dados, contribuem também outros fatores, como a dificuldade em obter um emprego que consideram uma forma de solidificação do seu processo de autonomização. Por isso o processo de tomada de decisão é um momento difícil mas que aparece facilitado porque o ambiente da casa de abrigo lhes permite fazê-lo de forma tranquila e sem receio. Podemos concluir, que a permanência numa casa de abrigo e o suporte que esta presta, é promotora de mudança e de sentimentos positivos nas mulheres acolhidas. Apesar dos receios relativos ao futuro e dos sentimentos de incapacidade, motivados talvez por histórias de violência e de constante diminuição da autoestima e da autoimagem, este tipo de espaço permite que com a tranquilidade suficiente, as mulheres acolhidas projetem um novo rumo para as suas vidas (Grossman, Sullivan & Crabtree-Nelson, 2010; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Wettersten & Rudolph, 2004; Cannon & Sparks, 1989).

A quarta questão levantada por este estudo relacionava-se com a forma como se estabelecem as relações interpessoais entre as mulheres acolhidas na casa de abrigo e entre elas e o staff técnico. As relações entre as mulheres na casa de abrigo são afetadas por um grande número de variáveis que vão desde as dinâmicas pessoais até ao ambiente organizacional. Por um lado, de acordo com os dados obtidos, acontece que é pela primeira vez que muitas mulheres se confrontam com outras mulheres que têm um problema igual

ao seu. Isto promove o estabelecimento de comparações, o tentar entender a dimensão do seu problema em relação ao problema de outra mulher, o definir o seu estatuto dentro da casa de abrigo e dentro do grupo de residentes. Estes processos são por vezes complexos e ameaçadores. Assim, e ainda de acordo com os resultados obtidos, as relações estabelecem-se de forma gradual e são sempre muito marcadas pela desconfiança e pela dificuldade de partilhar as suas situações pessoais. Os dados mostram-nos também, que se geram também jogos de poder através dos quais algumas das mulheres pretendem assumir papéis diferenciados no grupo de residentes. Na maioria das vezes, é o staff técnico que soluciona este tipo de situações. Mas no entanto, de forma geral, descrevem as suas relações como sendo solidárias, existindo por parte das mulheres disponibilidade para partilharem tarefas e por outro lado estão também disponíveis para se apoiarem sempre que é necessário. Pode-se concluir, que não sendo fácil a adaptação a um espaço com estas características também não será fácil o estabelecimento de relações interpessoais entre mulheres, que apesar de terem problemas comuns, são todas elas diferentes. Assim, o estabelecimento de relações de amizade ou de grande proximidade são marcadas pela desconfiança, mas a solidariedade e o apoio em situações de necessidade é promovido pelas mulheres acolhidas (Grossman, Sullivan & Crabtree-Nelson, 2010; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Hoff, 1990; Cannon & Sparks, 1989).

De acordo com os dados obtidos, a relação das mulheres acolhidas com o staff técnico é positiva e marcada pelo respeito entre ambas as partes. Apresentam o staff técnico como tendo uma atitude e um tratamento não diferenciador ao nível do coletivo, adotando até uma atitude promotora de igualdade entre todas as mulheres residentes na casa de abrigo. Por outro lado, sentem que as suas decisões são levadas em atenção e que são tratadas de forma individual e que o seu problema pessoal tem uma resposta adequada. Podemos concluir, que o comportamento do staff técnico é apreciado e valorizado e é diferenciado de outras formas de apoio que recebem ou que receberam. O grau de compromisso que sentem por parte do staff técnico no suporte que recebem enquanto grupo e pessoalmente, permite-lhes serem capazes de se pensar e de agir de formas diferentes daquelas que utilizavam antes de serem acolhidas (Haj-Yahia & Cohen, 2009; Hoff, 1990; Cannon & Sparks, 1989).

A quinta questão colocada por este estudo pretendia compreender se a questão do envolvimento no funcionamento da organização por parte das mulheres acolhidas era por elas percebida e desejada e se estava presente na casa de abrigo. De acordo com a

informação obtida, a casa de abrigo desenvolve reuniões para a manutenção da mesma, supervisionadas por elementos do staff técnico com a participação das mulheres acolhidas. Para as participantes, estes espaços são suficientes para o seu envolvimento na estrutura organizativa da casa de abrigo. Dos dados recolhidos, não nos pareceu existir interesse, mas antes um sentimento de passividade das mulheres na sua participação a outro nível na gestão da casa de abrigo. Isto talvez se justifique pelo facto de estarem ocupadas de forma interna com as tomadas de decisão que são por si só difíceis e complicadas. Pode-se concluir, que o envolvimento das mulheres acolhidas na casa de abrigo no funcionamento da mesma não é percecionado por elas como uma necessidade ou como um facto que pode aumentar os seus níveis de empowerment pessoal (Gengler, A., 2012; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Abrahams, H., 2007; Cannon & Sparks, 1989).

Os resultados deste estudo vão de encontro com os estudos realizados junto de mulheres acolhidas em casas de abrigo e que têm demonstrado os graus de satisfação elevados associados ao tipo de apoio prestados bem como pela atitude positiva e promotora de igualdade dos staffs técnicos. Por outro lado, as investigações realizadas neste âmbito também corroboram que os aspetos menos apreciados são a falta de privacidade, a inflexibilidade de algumas regras, a dificuldade do estabelecimento de relações pessoais entre as residentes e a pouca participação das mulheres acolhidas em contextos de gestão e avaliação das casas de abrigo seja por falta de motivação das mesmas ou por dificuldade das estruturas de as envolverem (Gengler, A., 2012; Haj-Yahia & Cohen, 2009; Abrahams, H., 2007; Tutty, Weaver & Rothery, 1999; Cannon & Sparks, 1989).

Este estudo apresenta algumas limitações, que passamos a elencar. Esta investigação tem uma perspetiva qualitativa e subjetiva, pois depende daquilo que são as perceções das mulheres entrevistadas e logo depende da interpretação e ênfase que demos aos dados recolhidos. Por outro lado, a recolha de informação foi feita durante a estadia das participantes na casa de abrigo, numa altura que ainda se encontravam dependentes dos serviços e por isso gratas pelo apoio que estavam a receber. Assim, podem ter optado por não ter dado informação que poderia ser relevante mas que acharam poder ser prejudicial para si. Outro aspeto que consideramos uma limitação é o facto de as mulheres apenas terem sido entrevistadas uma vez e a sua experiência de residir numa casa de abrigo foi avaliada apenas para um período temporal sem ser descrita de uma forma mais longitudinal. Deste modo, porque a vida numa casa de abrigo é dinâmica, evolutiva e se

altera constantemente, só podemos fazer suposições acerca das diferentes dimensões observadas.

Para estudos futuros, sugerimos que as participantes sejam também entrevistadas depois de saírem da casa de abrigo pois é importante perceber que transformações ocorreram verdadeiramente na vida das mulheres acolhidas e que perspectiva têm da casa de abrigo nas cinco dimensões que este estudo observou. Apesar das investigações sobre a experiências de vida das mulheres acolhidas em casa de abrigo abordarem diferentes aspetos tais como o grau de satisfação, os motivos pelos quais abandonam as casas de abrigo e regressam para junto dos agressores ou sobre as suas expectativas acerca do acolhimento (Haj-Yahia & Cohen, 2009), era importante desenvolver investigação para se observar de que forma o envolvimento organizacional é importante dentro de uma casa de abrigo como forma também promotora de mudança; compreender se trata apenas de uma questão associada ao desinteresse das mulheres acolhidas e a questões ligadas à sua própria dinâmica interna ou se os staffs técnicos também apresentam dificuldades no estabelecimento da cooperação entre eles e as mulheres ou se se trata da manutenção de controlo sobre todos os aspetos da casa de abrigo. Seria importante também fazer uma investigação semelhante a esta que agora apresentamos sobre a perspectiva das crianças e dos jovens que residem em casas de abrigo para mulheres que sofreram violência conjugal, bem como ouvir também os staffs técnicos sobre a sua perspectiva do trabalho desenvolvido sobre as dificuldades que encontram e sobre as suas perceções acerca das mulheres que apoiam.

Também é importante referir que aspetos como a formação profissional, o emprego e a habitação são fatores condicionadores da permanência nas casas de abrigo. A maior dificuldade na prossecução destes objetivos levam, e são disso exemplo as participantes deste estudo, a acolhimentos mais prolongados e a maiores dificuldades de autonomização. Como vimos, as mulheres que estão acolhidas numa de casa de abrigo sentem-se desvalorizadas em muitos aspetos, e o da capacidade de trabalhar e de manter um emprego de forma estável é um deles tal como Wettersten e Rudolph (2009) afirmam, por isso deixar as mulheres aprenderem a tomar decisões e deixá-las tomar decisões são competências que podem ser desenvolvidas em sessões de apoio psicológico. O apoio para a empregabilidade e formação das mulheres que se encontram acolhidas em casas de abrigo é fundamental, pois é uma forma de evitar os graus de pobreza que muitas delas

apresentavam na altura em que foram acolhidas e é também por outro lado, o apoio nas questões financeiras é uma forma de prevenir o regresso para junto dos agressores.

As intervenções da saúde mental devem ter em conta a heterogeneidade das mulheres acolhidas e deve ter respostas adequadas para elas e em consonância com o staff das casas de abrigo.

Este estudo mostra que a experiência vivida pelas mulheres que sofreram violência conjugal e que residem numa casa de abrigo se caracteriza por diferentes aspetos. A experiência é multidimensional e evolui de uma interação entre vários fatores que incluem a relação das mulheres com o staff, as relações das mulheres entre si, as respostas das mulheres à casa de abrigo enquanto instituição e as experiências pessoais de cada mulher acolhida.

Estes dados podem ter implicações na forma como se intervém nas casas de abrigo e junto destas mulheres. Por um lado, sugere-se um maior enfoque nas questões do apoio pessoal, mas também ao nível do apoio familiar, como o desenvolvimento de competências parentais.

Também o envolvimento das mulheres na avaliação das suas situações pessoais bem como no desenvolvimento de intervenções pode contribuir para o encorajamento de processos de empowerment. O desenvolvimento de atividades de grupo, como por exemplo, dinâmicas de grupo, podem promover a interação e o desenvolvimento de relações interpessoais entre as mulheres acolhidas na casa de abrigo. Por outro lado, com isto surge a necessidade de preparar melhor os staffs técnicos para este tipo de competências.

Também uma maior participação das mulheres na organização deve ser analisada, para que não seja só uma forma de apoio pessoal, mas que as mulheres se sintam consideradas como membros respeitados, autónomos e responsáveis da sociedade. É importante que sejam reconhecidas como elementos válidos e importantes em aspetos que lhes dizem respeito e não apenas meras cumpridoras de regras e obrigações. Poderão estar representadas em reuniões com o staff técnico para debater aspetos importantes sobre o funcionamento da casa de abrigo. Por outro lado, os staffs técnicos têm de desenvolver competências para lidar com estruturas mais democráticas e flexíveis.

Este estudo vem demonstrar a importância de se perceberem as percepções que as mulheres acolhidas têm das casas de abrigo em diferentes dimensões. Se por um lado se trata de um espaço seguro e promotor de bem-estar é também muitas vezes gerador de tensões internas e interpessoais. A subordinação a regras e obrigações podem levar a um desinteresse pelo ambiente em que se vive e apenas a uma concentração em si mesma e nos seus problemas e mais do que um espaço que deveria servir para reforçar a mudança e o empowerment tanto pessoal como até organizacional, pode revelar-se com características muito idênticas aquelas que a mulher tinha antes de ser acolhida: controlo, isolamento e desconfiança. No entanto, as mulheres acolhidas falam de mudanças positivas nas suas vidas: de liberdade e de força.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abel, E. M. (2000). Psychosocial Treatments for Battered Women: A Review of Empirical Research. *Research on Social Work Practice*, 10 n°1, 55-77.
- Aber, Mark, Maton, Keneth & Seidman, Edward (2010). *Empowering Settings and Voices for Social Change*. Oxford University Press, USA.
- Abrahams, Hillary (2007). *Supporting Women after Domestic Violence. Loss, Trauma and Recovery*. JKP. Philadelphia.
- Albarello, Luc, Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre, Maroy, Christian, Ruquoy, Danielle & Saint-George, Pierre (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Alberdi, Inés & Matas, Natalia (2002). *La violencia doméstica: Informe sobre los malos tratos a mujeres en España*. Colección Estudios Sociales, 10.
- Andrews, B. & Berwin, C. R. (1990). «Attributions of blame for marital violence: A study of antecedents and consequences», *Journal of Marriage and the Family*, 52.
- Angless, Teresa (1998). Battered Women Seeking Solutions in a South African Study. *Violence Against Women*. 4(6), 637-658.
- Barret, Betty Jo & Pierre, Melissa St. (2011). Variations in Women's Help Seeking in Response to Intimate Partner Violence: Findings From a Canadian Population-Based Study. *Violence Against Women January*, 17(1) 47-70.
- Baker, C. K., Cook, S. L. & Norris, F. H (2003). *Violence Against Women*, 9 n°7, 754-783.
- Ben Porat, A. & Itzhaky, H. (2008). Factors that influence life satisfaction among battered women in shelters: Those who stay versus those who leave. *J Fam Viol*, 23, 597-604.
- Bennet, L., Howard, A., Riger, S., Shewe, P. & Wasco, S. (2004). Effectiveness of hotline, advocacy, counseling and shelter services for victims of domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 19 n°7, 815-829.
- Bowker, L. H. & Maurer, L. (1985). Importance of sheltering in the lives of battered women. *Response*. Vol. 8(1), 2-8.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101.
- Campbell, R., Sullivan, C. M. & Davidson, W.S. (1995). Women who use domestic violence shelters, change in depression over time. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 237-255.
- Cannon, J. B. & Sparks, J. S. (1989). Shelters – an alternative to violence: a psychosocial case study. *Journal of Community Psychology*, 17, 203-213.

- Centro de Estudos para a Intervenção Social, (2013). Estudo de Avaliação do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013). Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) <http://www.cig.gov.pt/> em [www.cig.gov.pt/pdf/2014/Relatorio\\_avaliao\\_externa\\_IV\\_PNCVD.pdf](http://www.cig.gov.pt/pdf/2014/Relatorio_avaliao_externa_IV_PNCVD.pdf).
- Chanmugam, Amy (2011). *Perspectives on U.S. Domestic Violence Emergency Shelters: What do young adolescent residents and their mothers say?* Child Care in Practice, Vo.17 (4), 393-415.
- Davis, L., Hagen, J. & Early, T. (1994). Social Services for battered women: are they adequate, accessible and appropriate? *Social Work*, 39(6), 695-704.
- Davis, L. V., & Srinivasan, M. (1995). Listening to the voices of battered women: What helps them escape violence. *Affilia*, 10, 45-69.
- Dawn, M. & Zlotnick, C. (2009). HOPE for battered women with PTSD in domestic violence shelters. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(3), 234-241.
- Dobash, R. Emerson & Dobash, Russel P. (1996). *Women, Violence and Social Change*. London: Rutledge.
- Donnelly, Denise (1999). Provision and Exclusion – The dual face of service to battered Women in three deep south states. *Violence Against Women*, 5(7) 710-741.
- Few, A. (2005). The voices of black and white rural battered women in domestic violence shelters. *Family Relations*, 54(4), 488-500.
- Fleury, R.E., Sullivan, C.M., & Bybee, D.I. (2000). When ending the relationship doesn't end the violence: Women's experiences of violence by former partners. *Violence Against Women*, 6, 1363-1383.
- Gelles, R. (1997). *Intimate violence in families*. Sage, Londres.
- Gengler, Amanda M. (2012). Defying (Dis)Empowerment in a Battered Women's Shelter: Moral Rhetorics, Intersectionality and Processes of Control and Resistance. *Social Problems*, Vol 19(4), 501-521.
- Goodkind, J., Sullivan, C. & Bybee, D. (2004). A contextual analysis of battered women's safety planning. *Violence Against Women*, 10(5), 514-533.
- Grossman, S., Lundy, M., George, C., & Crabtree-Nelson, S. (2010). Shelter and service receipt for victims of domestic violence in Illinois. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(11), 2077-2093.
- Haj-Yahia, M. M. & Cohen, H. C., (2009). On the lived experience of battered women residing in shelters. *Journal of family Violence*, 24, 95-109.

- Haj-Yahia, M. & Sadan, E. (2003). Implications of wife abuse and beating as revealed by the Second Palestinian National Survey on Violence Against Women. *Journal of Family Issues*, 21, 435-463.
- Hardesty, J. L., & Chung, G. H. (2006). Intimate partner violence, parental divorce, and child custody: Directions for intervention and future research. *Family Relations*, 55, 200-210.
- Hoff, L. (1990). *Battered women as survivors*. London: Rutledge.
- Hughes, H. & Barada, S. (1983). Psychological functioning of children in a battered women's shelter: A preliminary investigation. *American Journal of Orthopsychiatry*, Vol. 53(3), 525-531
- Hutchison IW & Hirschel JD (1998). Abused women: Help-seeking strategies and police utilization. *Violence Against Women*. 4:436–546.
- Jonker, I.,Sijbraddij, M. & Wolf, J. (2012). Towards Needs profiles of shelter-based abused women: Latent class approach. *Psychology of Women Quarterly*,36:38.
- Kendrick, Karen (1998). *Producing the Battered Woman: Shelter Politics and the Power of the Feminist Voice*. Community Activism and Feminist Politics: Organizing Across Race, Class, and Gender. New York: Routledge.
- Itzhaky, H., & Ben Porat, A. (2005). Battered women in shelters: Internal resources, well-being and integration. *Affilia*, 20, 39-51.
- Lucchini, R. (2001). *Femmes, violence et identité*. Harmattan, Paris.
- Lyon, E., Lane, S. & Menard, A. (2008). *Meeting Survivors' Needs: A Multi-State Study of Domestic Violence Shelter Experiences*. University of Connecticut School of Social Work, National Resource Center on Domestic Violence.
- Maton, K. I. & Salem, D. A. (1995). Organizational characteristics of empowering community settings: a multiple case study approach. *American Journal of Community Psychology*, 23, 631-656.
- McMillan, L. (2007). *Feminists Organizing Against Gendered Violence*. Great Britain: Palgrave MacMillan.
- Muehlenhard, Charlene L. & Kimes, Leigh Ann (1999). The Social Construction of Violence: The Case of Sexual and Domestic Violence. *Personality and Social Psychology Review*, 3 (3) 234-245.
- Murray, Susan B., (1988). The unhappy marriage of theory and practice: An analysis of a battered women's shelter. *Faculty Publications*. Paper 7.

- Orava, T.A., McLeod, P.J., & Sharpe, D. (1996). Perceptions of control, depressive symptomatology, and self-esteem of women in transition from abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 11, 167-186.
- Padgett, D. K., & Henwood, B. F. (2012). Qualitative research for and in practice: Findings from studies with homeless adults who have serious mental illness and co-occurring substance abuse. *Clinical and Social Work Journal*, 40, 187-193.
- Pagelow, M.D. (1981). *Woman-battering: victims and their experiences*. Bowker, L.H. (ed.) New York: MacMillan.
- Roberts, A. R. & Lewis, S. J. (2000). Giving them shelter: National organizational survey of shelters for battered women and their children. *Journal of Community Psychology*, Vol. 28, No.6,669-681.
- Roberts, Albert (1998). *Battered women and their families: Intervention strategies and treatment programs*. New York: Springer Pub. Co.
- Russell, M. (1990). Second stage shelters: A consumer's report. *Canada's Mental Health*, 38 (2/3), 24-27.
- Seager, J. & Olson, A. (1986). *Women in the World. An International Atlas*. New York: Simon and Schuster, Inc.
- Shostack, A. L. (2001). *Shelters for battered women and their children: a comprehensive guide for planning and operating safe and caring residential programs*. Springfield: Charles C. Thomas.
- Stark, Evan (2007). *Coercive Control: How Men Entrap Women in Personal Life*. New York: Oxford University Press
- Straus, M., Gelles, R. & Steinmetz, S. (1980). *Behind closed doors: Violence in the American Family*. Anchor Garden City, New York.
- Sullivan, C. (1991). The provision of advocacy services to women leaving abusive partners: An examination of short-term effects. *American Journal of Community Psychology*, 19(6), 953-960.
- Sullivan, C.M., Baptista, I., O'Halloran, S., Okroj, L., Morton, S., & Stewart, C.S. (2008). Evaluating the effectiveness of women's refuges: A multi-country approach to model development. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 32, 291-308
- Sullivan, C. M., & Rumptz, M. H. (1994). Adjustment and needs of African American women who utilized a domestic violence shelter. *Violence and Victims*, 9, 275-286.
- The Missouri Coalition Against Domestic & Sexual Violence (2011). *Missouri's Project to Reduce Rates in Domestic Violence Shelters*. MOCASV, Missouri.

- Tutty, L., M., Weaver, G., & Rothery, M. A. (1999). Resident's views of the efficacy of shelter services for abused women. *Violence Against Women*, 5(8), 869-925.
- Tutty, L.M. (2006). *Effective practices in sheltering women leaving violence in intimate relationships*. Toronto, Ontario: YWCA Canada.
- Walker, L. (1984). *The battered woman syndrome*. Springer, New York.
- Wettersten, K.B. & Rudolph, S. E. (2004). Freedom Through Self-Sufficiency: A Qualitative Examination of the Impact of Domestic Violence on the Working Lives of Women in Shelter. *Journal of Counseling Psychology*, Vol.51(4), 447-462

# ANEXOS

*Anexo A: Guião de Entrevista*

*Anexo B: Termo de Consentimento Informado*

## **Anexo A**

### **Guião da Entrevista**

## GUIÃO DE ENTREVISTA

### **1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS PARTICIPANTES**

- A. Sexo
- B. Idade
- C. Estado Civil
- D. Habilitações académicas
- E. Com/Sem filhos
- F. Profissão
- G. Condição atual perante a atividade profissional
- H. Condição económica atual: dependente de subsídios, do trabalho, outros
- I. Tempo de Acolhimento

### **2. INTEGRAÇÃO NA CASA DE ABRIGO**

- a. Como foi o seu processo de encaminhamento para a casa de abrigo?
- b. Que fatores pesaram na sua decisão pessoal de aceitar ser acolhida numa instituição? Fatores positivos e fatores negativos
- c. Quais as suas expectativas nesse momento em relação ao acolhimento?
- d. Como sentiu que foi o momento de receção na casa de abrigo?
- e. Nessa altura o que achou da decisão que tomou?
- f. Nesses momentos/dias o que perceção teve da equipa e das outras residentes?

### **3. PERMANENCIA NA CASA DE ABRIGO**

- a. Como caracteriza a casa de abrigo enquanto instituição?
- b. O que acha da forma como está organizada? Concorda com as regras?
- c. Como tem sido a sua adaptação à casa de abrigo? Por exemplo em relação às regras, ao facto de ter de dividir espaço com as outras utentes?
- d. Olhando para trás, acha que as suas expectativas estão a ser correspondidas ou pelo contrário? Justifique.
- e. Que mudanças vê em si que estejam diretamente relacionadas com o facto de se encontrar acolhida?
- f. O que acha que já ganhou e o que já perdeu pelo facto de se encontrar acolhida?

- g. Como descreve a sua vivência/relacionamento com as outras residentes?
- h. Que tipo de relações no seu entender se estabelecem entre as residentes da casa de abrigo? Relações solidárias, isolamento, de poder, que tipo?
- i. Sente-se envolvida na gestão da casa de abrigo? (receção de novas residentes, envolvimento nas reuniões da casa, organização das tarefas, avaliação do regulamento interno)
- j. Acha que a casa de abrigo responde às necessidades de mulheres com diferentes capacidades?
- k. Como descreve a sua vivência/relacionamento com a equipa?
- l. Considera que tem recebido todo o apoio que necessita para a sua situação pessoal?
- m. O que pensa/sente em relação ao seu agressor neste momento?
- n. Já pensou em sair definitivamente da casa de abrigo? Justifique a sua resposta.
- o. Que sugestões daria à equipa para melhorar a qualidade dos serviços/apoios prestados na casa de abrigo?
- p. Acha que existem outros aspetos para que a casa de abrigo deveria servir?
- q. Que diria neste momento a uma mulher que estivesse a decidir ser acolhida numa casa de abrigo?
- r. Onde se imagina daqui a 6 meses?

Obrigado.

## **Anexo B**

### **Termo de Consentimento Informado**

## TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicita-se a sua participação numa investigação sobre a experiência de residir numa casa de abrigo. Esta investigação é da autoria de Daniel Cotrim e é realizada no âmbito da dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Este estudo tem como objetivo perceber como tem sido a sua integração, a sua relação com as outras residentes e com a equipa técnica e auxiliar e aspetos positivos e negativos desta experiência.

Para isso pedimos a sua colaboração para participar numa entrevista sobre os aspetos acima mencionados. A entrevista por questões éticas e deontológicas será realizada por um entrevistador alheio à organização.

A sua participação será voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista em qualquer momento, se assim o desejar.

De forma a assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos, é necessário proceder à gravação áudio desta entrevista.

Tudo o que disser será estritamente confidencial, não sendo em qualquer momento ou circunstância, revelada a sua identidade como entrevistada, bem como em nenhum relatório ou publicação.

O entrevistador está também obrigado ao dever da confidencialidade, ao respeito pela privacidade e rege-se pelo código de conduta desta casa de abrigo.

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar no estudo da autoria de Daniel Cotrim, no âmbito da dissertação de Mestrado, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, que tem como principal objetivo compreender a experiência de residir numa casa de abrigo.

Compreendo que a minha participação será voluntária, pelo que poderei interromper a entrevista em qualquer momento, se assim o desejar.

Informaram-me que, de forma a assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos, é necessário proceder à gravação áudio desta entrevista. Desta forma, autorizo que o façam.

Asseguraram-me que tudo o que disser será estritamente confidencial, não sendo em qualquer momento ou circunstância, revelada a minha identidade como entrevistada.

Tendo em consideração o anteriormente referido, concordo, voluntariamente, em participar no referido estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistador:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura da Participante: \_\_\_\_\_

Obrigado pela sua colaboração.